



• ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS •

Director: José Diniz • Ano LI - Outubro 2026 - Mensário N.º 587 • Preço € 0,70

AFIRMAR A ADFA

O processo de Revisão Estatutária e o Projecto “O legado material e imaterial da ADFA: memória, património e futuro” marcam com intensidade a nossa vida associativa. É o momento de mobilizar os associados para uma participação que é vital para o futuro da ADFA. O seu contributo é incontornável, necessário e urgente, para que a afirmação da Associação seja uma realidade que prolongue a ADFA no futuro.

A Revisão Estatutária atingiu uma fase de finalização que envolve as Delegações e que exige a participação activa dos associados, na preparação da proposta a levar à Assembleia-Geral Nacional Extraordinária.

No momento em que decidimos como e com que força vamos estar em Sociedade, também somos chamados a preparar o nosso Legado aos vindouros. O profundo debate associativo interno em curso continuará intenso e profícuo, perante tantas e tão absorventes responsabilidades, na firmeza do nosso trabalho em defesa dos direitos dos deficientes militares e do sempre pendente Caderno Reivindicativo.

Delegações em acção Págs. 5 a 9

Legado associativo Págs. 3, 16 e 17

Representatividade e direitos

ADFA contacta entidades Pág. 12

Revisão Estatutária Págs. 3 e 13

A força justa da memória Pág. 17

Associação dos Deficientes das Forças Armadas



Livros



MASCULINIDADES DEBAIXO DE FOGO – Homossocialidade e Homossexualidade na Guerra Colonial

Autor: António Fernando Cascais
Edição: Sistema Solar, CRL (Documenta), Lisboa, Janeiro de 2025, 344pp

Estamos perante uma obra densa de conteúdo e de leitura difícil. Tudo leva a crer que se trata da versão editada de uma tese académica do autor, dada a estrutura e as referências bibliográficas que contem. Ao longo das suas páginas, António Cascais propõe-se defender a tese que a “homossexualidade metaforizou a decadência, a tibieza histórica e a desvirilização nacional no concerto das nações que disputavam o domínio imperial e que isso se reflectiu corporeamente nos militares cujo sacrifício era o melhor recurso que tinha a oferecer um país destituído de meios económicos e técnicos para o seu próprio projecto de exploração colonial. O vínculo crepuscular que assim estabelecemos entre a experiência traumática das guerras coloniais, individualmente sofrida por quantos nela participaram, e o trauma histórico colectivo, permite-nos estabelecer com cristalina clareza que não é de uma história de homossexuais que se trata, mas da história de todos nós.” (pg 15). Para provar o que se propõe, o autor enceta uma viagem pelos autores mais conhecidos que escreveram sobre a Guerra Colonial, destrinchando entre os que escreveram obras apoloéticas sobre a guerra e o regi-

me, e os que, nela participando, descrevem situações e casos de homossexualidade entre os militares destacados nas frentes de combate ou na retaguarda. Os primeiros ignoram essas situações, realçando a masculinidade, o heroísmo e a luta viril pela Pátria; refere entre os segundos Lobo Antunes, Carlos Vale Ferraz, João de Melo, Manuel Alegre, Domingos Machado, Eduardo Pitta e outros. “O que encontramos na ficção não apologética da guerra colonial é um pano de fundo da ruína generalizada da identidade do homem-militar, ameaçada pela percebida desonra de uma guerra injusta, amesquinhada pelo cinismo malévolo da hierarquia castrense.” (pg 80). Casos houve de práticas homossexuais em unidades isoladas no mato e o livro relata algumas; relata também os ambientes vividos na vida social e noturna das principais cidades das colónias em guerra, que certas categorias de militares também frequentavam; refere ainda um célebre processo de uma situação passada em Nampula, já para o final da guerra, que envolveu militares e civis em orgias homossexuais e de consumo de droga, na investigação do qual esteve envolvida a PIDE/DGS. Foram situações graves nos respectivos contextos, mas que o autor, ao referir-se-lhes, os enquadra naquilo que ele designa por “homossexualidade fantasmática”: “Ao desenvolvermos a nossa tese sobre o significado da homossexualidade fantasmática na cultura portuguesa, de modo nenhum pressupomos que os homossexuais, enquanto grupo ou enquanto pessoas concretas, alguma vez tivessem constituído qualquer espécie de ameaça para o regime português. (...) Nem o pânico homossexual português é mecanicamente sobreponível a fenómenos como o do pânico moral que ficou conhecido como o *lavender scare* da era macarthista norte-americana. Em contrapartida, bem nos podemos interrogar sobre os efeitos anímicos do pânico homossexual incorporado pelos soldados portugueses desde a Primeira Guerra Mundial até ao termo das guerras coloniais.” (pg 321).

Por José Diniz

Associados Falecidos



José Nunes André, associado 13027, natural da freguesia de Casais do concelho de Tomar, residente na freguesia de S. João Baptista e de Santa Maria dos Olivais do mesmo concelho. Serviu na CCaç 192 do BCaç 186, em Angola onde foi ferido em campanha. Faleceu a 30 de Janeiro de 2023 com 85 anos.



Fernando Noronha, associado 16020, natural de Margão, Salsete, Estado Português da Índia, residente na freguesia de Algés do concelho de Oeiras. Serviu em Angola onde contraiu doença psicológica. Faleceu a 02 de Janeiro de 2025 com 80 anos.



Manuel Joaquim Oliveira Almeida, associado 3419, natural da freguesia de Massarelos do concelho do Porto, residente na freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde do mesmo concelho. Serviu em Angola onde sofreu acidente, sendo considerado GDFA com 90% de incapacidade. Faleceu a 19 de Maio de 2025 com 82 anos.



Joaquim David Martins Louro, associado 1906, natural da freguesia de Lavre do concelho de Montemor-o-Novo, residente na freguesia e concelho de Vendas Novas. Serviu na CCaç 2449, em Moçambique onde foi ferido em campanha. Faleceu a 14 de Setembro de 2025 com 78 anos.



Acácio Cortez Nunes, associado 1288, natural da freguesia Alvares do concelho de Góis, residente na freguesia de Damaia e Águas Livres do concelho de Amadora. Serviu no BCaç 137, em Angola. Faleceu a 01 de Janeiro de 2026 com 85 anos.



António Joaquim Pinto Homem Ferreira, associado 7921, natural da freguesia de Bonfim do concelho do Porto, residente na freguesia de Queluz do concelho de Sintra. Serviu no Regimento de Cavalaria de Estremoz onde contraiu doença em serviço. Faleceu a 14 de Maio de 2026 com 72 anos.



Luís Paulos Ferreira, associado 7341, natural da freguesia de Frielas do concelho de Loures, residente na freguesia de Santo Antão e S. Julião do Tojal do mesmo concelho. Serviu na CCaç 261 do BCaç 268, em Angola onde foi ferido em campanha. Faleceu a 09 de Junho de 2026 com 86 anos.



João Correia das Neves, associado 7243, natural e residente na freguesia de Messines do concelho de Silves. Serviu num Pelotão de Apoio Directo (PAD), em Angola onde contraiu doença em serviço. Faleceu a 16 de Junho de 2026 com 84 anos.



Augusto Carlos Leite, associado 3415, natural da freguesia de Castelões do concelho de Penafiel, residente na freguesia e concelho de Póvoa de Varzim. Serviu na CCaç 3490 do BCaç 3872, na Guiné onde foi ferido em campanha. Faleceu a 21 de Junho de 2026 com 76 anos.



Joaquim Frazão Paulino, associado 12758, natural da freguesia de Abitureiras do concelho de Santarém, residente na freguesia de Várzea do mesmo concelho. Serviu na CArt 2745 do BArt 2921, em Moçambique onde foi ferido em campanha. Faleceu a 29 de Junho de 2026 com 77 anos.



Arlindo Oliveira Campos, associado 6234, natural da freguesia de Roge do concelho de Vale de Cambra, residente na freguesia de Cepelos do mesmo concelho. Serviu na CCav 754 do BCav 757, em Moçambique onde foi ferido em campanha. Faleceu a 02 de Julho de 2026 com 82 anos.



Carlos Marques Augusto, associado 4910, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira do concelho de Lisboa, residente na freguesia de Fontainhas e Quinta do Conde do concelho de Sesimbra. Serviu no BCaç 3831, na Guiné onde sofreu acidente em serviço. Faleceu a 07 de Julho de 2026 com 78 anos.



Serafim Alves Ferreira, associado 16864, natural e residente na freguesia de Caldas de Vizela do concelho de Guimarães. Serviu no Regimento de Cavalaria 6 onde sofreu acidente em instrução. Faleceu a 08 de Julho de 2026 com 75 anos.



Augusto José Martins, associado 15577, natural da freguesia de Goães do concelho de Amares, residente na freguesia de Ferreiros do mesmo concelho. Serviu na CART 1700, em Angola, onde sofreu acidentes em serviço. Faleceu a 14 de Julho de 2026 com 80 anos.



José Carlos Brites Lopes, associado 16734, natural da freguesia de Maiorga do concelho de Alcobaça, residente na freguesia de Castanheira e Coz do mesmo concelho. Serviu no BArt 7252, em Moçambique, onde contraiu doença psicológica. Faleceu a 27 de Julho de 2026 com 74 anos.



Francelina Rosa Barbosa Valente, associada 18316, natural da freguesia de Ancede do concelho de Baião, residente na freguesia de S. Felix da Marinha do concelho de Vila Nova de Gaia. Era viúva do associado 4074, Adão de Oliveira Sousa, falecido a 01-09-2024. Faleceu a 13 de Agosto de 2026 com 78 anos.



Carlos Alberto Carito Faísca, associado 12845, natural da freguesia de S. Pedro do concelho de Faro, residente na freguesia de Vale de Touros do concelho de Palmela. Serviu em Angola onde foi ferido em campanha. Faleceu a 26 de Agosto de 2026 com 87 anos.



João Manuel Coentro Soares Sécia, associado 17270, natural da freguesia de Glória do concelho de Aveiro, residente na freguesia e concelho de Ovar. Serviu no Pelotão Eventual do Luiano, em Angola onde foi ferido em campanha. Faleceu a 26 de Agosto de 2026 com 81 anos.



José Grilo de Matos, associado 15103, natural e residente na freguesia de Campo do concelho de Viseu. Serviu na CArt 2715 do BArt 2917, na Guiné onde foi ferido em campanha. Faleceu a 26 de Agosto de 2026 com 77 anos.

NOVOS ASSOCIADOS

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

JOÃO ANTÓNIO DIAS VIEIRA • MARIA ONDINA ABRANTES MASGALOS SARAIVA • MARIA DO CÉU FARINHA • DIAMANTINO DOS SANTOS MIRA RICHARDO • VICTOR MANUEL DINIS DIAS • ANTÓNIO MANUEL MESTRE BARREIROS • MANUEL MARIA FERREIRA BETHENCOURT FRANÇA • MARIA PRAZERES SILVA CORDEIRO RODRIGUES • ANTÓNIO AUGUSTO SILVA RIJO • JOÃO MANUEL MELO MARIZ FERNANDES • JOSÉ RAMOS SANTOS • ANABELA SILVA BRANCANA SOTO • GRACINDA CADIMA VIOLANTE • GERTRUDES PERPÉtua BRANCO BAIÃO BLÉ • BELMIRA CASIMIRO VIANA • MARIA NATÁLIA MARQUE OLIVEIRA GODINHO • ANTÓNIO JOSÉ MOURA BARATA RODRIGUES COSTA AFONSO



Editorial

Afirmar a ADFA

Por Direcção Nacional

A vida associativa intensifica-se, agora que chegámos ao último trimestre deste ano. É o momento de mobilizar os associados para uma participação que é vital para o futuro da ADFA.

Há Projectos associativos em marcha, que requebrem os contributos dos associados, ainda mais porque se trata de trabalhos que vão definir como e com que força e impacto a ADFA se vai manter activa na Sociedade Portuguesa e nas gerações vindouras.

O processo de Revisão Estatutária atingiu uma fase de finalização que envolve as Delegações e que exige o contributo do maior número possível de associados.

O documento já publicado na anterior edição do ELO é uma proposta que deve ser burilada, para que a Associação consiga adaptar-se aos desafios presentes e futuros, mantendo o seu funcionamen-

to e estrutura, em defesa e apoio dos seus associados e dos deficientes militares portugueses.

A proposta em debate interno deverá ser analisada e colher os contributos associativos, para poder ser finalizada e votada em Assembleia-Geral Nacional Extraordinária a marcar para o efeito.

Os contributos devem ser enviados para o endereço electrónico revisao.estatutos@adfa-portugal.com, para serem considerados no trabalho que ultimar o nosso documento de Revisão Estatutária.

Outro importante Projecto em curso é o do Legado da ADFA. Neste momento a Associação está a contactar entidades que possam vir a ser patrocinadoras deste desígnio que o Grupo de Trabalho e a Direcção Nacional estão a desenvolver, com coordenação técnica de Bruno Sena Martins, um investigador de reconhecido mérito, que já apresentou um plano de trabalho e um cronograma que colhe o agrado geral.

Das reuniões havidas já se passou ao contacto com potenciais entidades financiadoras. Este Projecto beneficiará da participação e contributo associativos, para que, através das Delegações e em cada reunião com associados, possa contar com a força nacional da ADFA.

Nos derradeiros meses de 2026 preparamos a nossa Casa para o aprofundamento do debate associativo interno e intenso, para afirmação do nosso Legado e da vida institucional futura.

Perante tamanhas e tão absorventes responsabilidades, a ADFA continua firme e decidida no trabalho em defesa dos direitos dos deficientes militares e do Caderno Reivindicativo, contactando e trabalhando incessantemente com as entidades oficiais. Estamos num tempo em que cada momento e acção contam de forma inequívoca para essa afirmação associativa e assim nos mostrarão as próximas edições do ELO.

Episódios

O soldado faltoso e os Fofos de Belas

Por José Diniz

Nos anos em que fui vicentino activo, na Conferência Vicentina de Belas, costumava ir ao Banco Alimentar Contra a Fome ajudar a carregar os produtos alimentares doados por esta Instituição e que eram (e ainda são) a base dos cabazes de alimentos que, todos os meses, distribuimos às dezenas de famílias que aquela Conferência apoia. Pelo Natal, levávamos sempre umas caixas de fofos de Belas, para distribuir aos colaboradores do Banco Alimentar mais ligados às Instituições, iguaria muito apreciada por todos. Um dos contemplados naquele ano foi um senhor que era voluntário. Ficou muito sensibilizado com a oferta que para ele tinha um significado especial. E contou a história que o ligava ao bolo típico de Belas, nacionalmente conhecido. Para transmitir o episódio, vou usar um diálogo ficcionado para melhor reproduzir o sentido do acontecido.

- Quando prestei serviço militar no Regimento de Engenharia da Pontinha, perto de Lisboa, como furriel miliciano, uma noite, estava eu de sargento de dia, vem ter comigo o cabo da guarda, que me dá conta da seguinte situação:

- Meu furriel, o soldado que está detido apresentou-me há pouco uma situação familiar complicada e pretendia falar com o meu furriel.

- Traga lá o homem, para ouvir a sua história. – rematou o furriel.

Passados momentos, lá estava o preso perante o sargento de dia.

- Então conta lá o que é que te apoquental...

- Meu furriel, moro ali para a zona de Belas com os meus pais e recebi um recado de casa a dizer que a



minha mãe adoeceu gravemente e está em perigo de vida. Sei que a minha situação aqui na Unidade é muito complicada, mas rogo-lhe, pela saúde dos seus, que me dê uma dispensa de horas para me despedir da minha mãe...

O furriel chamou o cabo da guarda à parte, pedindo o seu parecer. Este informou que já havia confirmado a veracidade da situação com a fonte de informação que havia trazido o recado. Então, o furriel dirigiu-se ao soldado e comunicou-lhe:

- Vou autorizar-te a ir a casa ver a tua mãe. Tens bem consciência da responsabilidade que estou a assumir?... À última abertura do portão, à uma hora da madrugada, quero-te cá para regressares à prisão. Se falhares, vamos os dois presos. Aqui o nosso cabo é testemunha. Entendido?...

- Sim meu furriel; obrigado meu furriel! Não o vou deixar ficar mal!...

Até à última abertura do portão o furriel ficou em ânsias e ele próprio foi assistir à entrada dos últimos militares dispensados do recolher. E, do nosso prisioneiro, nem sombra!... Desesperado,

foi para o gabinete, decidido a, quando entregasse o serviço pela manhã, comunicar ao oficial de dia a imprudência que cometera e a assumir as consequências do seu acto.

Estava nestas lucubrações quando, pelas três horas da madrugada, o cabo da guarda se aproxima a correr, comunicando que estavam a bater ao portão. O furriel levanta-se como uma mola e corre também para o portão.

- Fala o sargento de dia. Quem está aí a bater!...

- Meu furriel, sou eu, o soldado que estava detido e a quem o senhor deixou ir ver a mãe.

O cabo da guarda abriu o portão e entra o nosso soldado muito temeroso e a desfazer-se em mil desculpas. O furriel agarrou-o pelos colarinhos, ao mesmo tempo que despejava toda a sua fúria:

- Meu grande patife, viste bem a aflição que nos causaste e os trabalhos em que nos ias metendo?

- Eu sei, meu furriel, mas tive que levar a minha mãe ao hospital, porque o meu pai já não está capaz de tratar dela. Por isso me demorei mais. Mas, para o meu furriel não ficar tão zangado comigo, trago-lhe aqui uma lembrança muito apreciada aqui na nossa região: uma caixa de Fofos de Belas!

NOTA: Os Fofos de Belas são pequenos pães-de-ló, redondos, recheados com creme e polvilhados de açúcar. Remontam ao ano de 1850 e a casa onde são fabricados ainda é a mesma, situada no largo principal da zona histórica desta vila, bem como a família que guarda o segredo da sua receita. Ainda hoje é procurada, especialmente aos domingos, por pessoas de Lisboa ou de outras terras que fazem paragem obrigatória na Casa dos Fofos, na sua "volta saloia".

COLUNA DO ZANGÃO

Por Vitor Sengo

“A chuva molha as pintas do leopardo, mas não lhe retira a identidade”

Provérbio africano

Por mais que tentemos compreender a imbecilidade criminosa de quem se julga num alto pedestal, torna-se evidente um prepotente altamente perigoso.

Se não fossem as atitudes grosseiras, imbecis, arrogantes e prepotentes daqueles que se julgam pairar acima dos seus semelhantes, sem qualquer ponta de empatia, quiçá esta “bola” onde vivemos poderia ser um local aprazível, um Mundo melhor, onde a empatia fosse a “bíblia” dos seres humanos e a interajuda a companheira constante de todos, sem exclusão de “títulos”. É correcto que um ser “humano” possa condenar à maior das misérias outras pessoas, de carne e osso, tal qual como ele?

Infelizmente, é uma situação que acontece e com excessiva frequência.

Julgar-se-ão imortais?

A cegueira mental é a companheira permanente da imoralidade, do seu desdém sobre o semelhante, porque, por mais que tentem, a “matéria prima” é, para todos os seres humanos, igual. A “ordem do dia” é “alta tecnologia”.

Homo Homini Lupus

“O Homem é o Lobo do Homem” é uma expressão do dramaturgo romano Plauto (254-184 a.C.), popularizada, no século XVII, pelo filósofo inglês Thomas Hobbes.

Alguns mais avisados já começam a “ver com outros olhos” as consequências que a revolução cibernética pode gerar.

Recentemente, no Japão, um *robot* foi submetido a uma prova de corrida. Bom, por enquanto ainda não conseguiram alcançar a marca de um Carlos Lopes ou de uma Rosa Mota (não desconsiderando os magníficos atletas portugueses).

Diariamente, a comunicação social vai-nos informando de acontecimentos que deixam atónitos até os mais cépticos. Como poderemos classificar “acontecimentos” que há muito deveriam ter sido ultrapassados? Sim, o Zangão fala da quantidade de cidadãos que diariamente se deslocam aos “Centros de Saúde”, muitas vezes com bastante sacrifício e que, por não terem médico de família, não são atendidos.

Como caracterizar um ser “humano” que, fazendo jus à sua imensurável prepotência e desumanidade, sem valores morais e cívicos, proíbe a descarga de alimentos e medicamentos a um País vizinho?

Como pode classificar-se tamanha desumanidade?

É muito fácil ser-se “grande e poderoso com os mais fracos” e “arrogante e desumano com os mais necessitados”.

Diz-se no Alentejo que “uns morrem de atabaf e outros de atabafeira”. A sabedoria popular diz que a esperança é a última a desaparecer. Será?

Só que a “esperança” tem subjacente a “desesperança”. É muito fácil dar palavras de conforto a quem se confronta com um despedimento na empresa que ajudou, com o seu labor, a progredir.

A maldade espiritualiza-se

“O julgamento e a condenação morais são a vingança predilecta dos espíritos tacanhos para com os que são menos, além de uma espécie de indemnização por terem sido maldotados pela natureza, e finalmente uma oportunidade de eles próprios obterem espírito e tornarem-se finos: a maldade espiritualiza-se. Bem no fundo do coração, agrada-lhes que exista um padrão que ponha ao seu nível os abundantemente dotados de bens e privilégios de espírito: - lutam pela “igualdade de todos perante Deus” e para isso é que quase precisam da fé em Deus.” Friedrich Nietzsche, in ‘Para Além de Bem e Mal’

Sugestão de leitura: “O Século dos Imbecis”, de Valter Hugo Mãe

DELEGAÇÕES CONTACTOS

Açores

Rua Ernesto do Canto, N.º 20
Apartado 309 - São Miguel - 9500 Ponta Delgada
secretaria.acores@adfa.org.pt
296 282 221

Bragança

B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.
Mãe d’Água 5300-163 Bragança
secretaria.braganca@adfa.org.pt
273 322 412

Castelo Branco

Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C
6000-146 Castelo Branco
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt
272 341 201

Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6º F
3000-177 Coimbra
secretaria.coimbra@adfa.org.pt
239 814 644 / 917 770 241

Évora

Rua dos Penedos, N.º 10 C
7000-712 Évora
secretaria.evora@adfa.org.pt
266 703 473

Famalicão

Estação Rodoviária - Loja 7
Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro
4760-038 Vila Nova de Famalicão
secretaria.famalicao@adfa.org.pt
252 322 848 / 252 376 323 / 919 594 527

Faro

Praça da Alfarozeira, N.º 4 A
8000-503 Faro
secretaria.faro@adfa.org.pt
289 828 515

Lisboa

Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 Lisboa
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
217 512 615

Madeira

Rua Velha da Ajuda, N.º 50
9000-115 Funchal
secretaria.madeira@adfa.org.pt
291 765 171

Porto

Rua Pedro Hispano, N.º 1105
4250-368 Porto
info.porto@adfa.org.pt
228 347 200

Setúbal

Rua Almeida Garrett, N.º 70
2900-211 Setúbal
secretaria.setubal@adfa.org.pt
265 229 750

Viseu

Praceta ADFA - Emp. Magnólias
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa
3510-009 Viseu | secretaria.viseu@adfa.org.pt
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em www.adfa-portugal.com



**Linha de Atendimento
dos Deficientes Militares**

800 100 103

Dias úteis, das 09h00 às 18h00



Porto

Núcleo de Chaves



FOTOS DELEG. PORTO

O presidente da Câmara Municipal de Chaves esteve com os associados e dirigentes

A Direcção do Núcleo de Chaves organizou, no dia 29 de Agosto último, no Santuário de São Caetano, em Chaves, o anual almoço-convívio que reuniu associados, familiares e representantes de Instituições locais. A reunião dos participantes teve início às 10h30, no Santuário de São Caetano, seguindo-se a celebração eucarística, pelo padre João Miguel Dias, e, finalmente, pelas 12h30, deu-se início ao almoço-convívio, no qual participaram cerca de 70 associados que, de forma

animada, celebraram este evento, não faltando as habituais iguarias da região.

O final do convívio foi marcado pela partilha do tradicional bolo da ADFA e pelas congratulações, dada a satisfação manifestada por todos os presentes.

Marcaram presença neste evento os representantes das seguintes Instituições: Nuno Vaz Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Chaves; sargento-mór Moreira, do Núcleo de Chaves da Liga dos Combatentes; Paulo

Ferreira, da Associação de Páraquedistas do Alto Tâmega; padre João Miguel; e o presidente e os vogais da Direcção da Delegação do Porto, Abel Fortuna, Domingos Silva e António Santos.

E, como os últimos devem ser os primeiros, destaca-se o empenho dos membros da Direcção do Núcleo, respectivamente, o presidente Henrique Ferreira, e os secretários Amílcar Ferreira e Eduardo Gonçalves, cujo exemplo deve ser seguido.

Opinião

Continua a não ser aceitável

Os Serviços da Delegação do Porto têm vindo, diariamente, a receber reclamações, algumas de forma indignada, de associados que continuam a aguardar o que lhes é devido, no que diz respeito ao fornecimento de produtos de apoio e ajudas técnicas.

Algumas das situações já se reportam aos anos de 2024 e 2025, continuando até 2026, com graves consequências para estes deficientes das Forças Armadas, que necessitam de próteses, ortóteses, aparelhos auditivos, cadeiras de rodas, óculos e muitos outros produtos, ficando privados da sua utilização, essenciais para o seu dia-a-dia.

Mês atrás de mês, insistimos em denunciar estes casos, que se vão acumulando, sugerindo que o nosso jornal *ELO* evidencie esta realidade com o devido destaque para os seus leitores.

Será que esta situação vai arrastar-se até 2027? Os associados que se encontram nesta situação devem unir-se e não desistir desta luta pelos seus direitos.

Abel Fortuna,
presidente da Direcção da Delegação do Porto

Clínica Médica e de Reabilitação

A ALMAR, uma nova clínica médica e de reabilitação, instalada na Rua António Ramalho, 623, Senhora da Hora, em Matosinhos, junto ao cruzamento do Monte dos Burgos, abriu recentemente os seus serviços ao público e possui convenção directa com o subsistema de Saúde ADM/IASFA, para a realização de consultas médicas de Clínica Geral e de Medicina Física e de Reabilitação/Fisiatria, bem como para tratamentos de Fisioterapia.

Em regime livre, a Clínica dispõe ainda de consultas de Medicina Interna, Pediatria, Psiquiatria, Psicologia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala. Os deficientes das Forças Armadas, deficientes militares e outros beneficiários da ADM abrangidos pela Portaria n.º 1034/2009, de 11 de Setembro, têm isenção do co-pagamento do valor da consulta ou acto médico. Para além dos benefícios acima descritos, a Clínica dispõe de estacionamento gratuito e de rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

Taxas ADM

A Delegação informa que as taxas ADM a cobrar aos familiares pelas consultas médicas passaram, desde 1 de Junho, a ser as seguintes:

- Consulta de Medicina Geral e Familiar: 7,00 €
- Consulta de Psiquiatria: 7,60 €.

A Direcção da Delegação

Informações úteis

Serviços associativos: Os Serviços Associativos funcionam no Centro Associativo e Social – Edifício do “Palacete-Cor-de-Rosa”, com entrada pela Rua Pedro Hispano.

Serviço de Apoio ao Associado: Nos dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 201/912 567 812/atendimento.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Jurídico: Nos dias úteis, das 15h00 às 17h00, mediante agendamento telefónico prévio. Contactos: 228 347 201/912 567 812/gabjuri.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Social: Segundas, Quartas e Sextas-feiras, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 207/servas.porto@adfa.org.pt

Restaurante Social: Serviço de refeições económicas, todos os dias úteis, das 12h00 às 14h00. Contacto: 228 347 206

Cafetaria-Bar: Dias úteis e Sábados, das 14h00 às 17h00. Contacto: 228 347 205

Departamento de Apoio Integrado - Secretariado: Contactos: 228 347 202/912 567 546/secretariado.dai@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social

Consultas de Medicina Geral e Familiar, Psiquiatria, Psicologia Clínica e Nutrição.

Centro de Activ. e Capacitação para a Inclusão

Funciona no âmbito de um Protocolo com o Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P., com as seguintes actividades: Hidroginástica/Hidroterapia; Expressão e Dimensão Plástica; Movimento e Funcionalidade; Educação para a Saúde e Cidadania; Capacitação Digital; Expressão Psicomotora; Ritmos e Sons; e Dinâmicas de Grupo.

Lisboa

Reunião de associados



FOTO DELEG. LISBOA

No dia 24 de Setembro, com a participação de dezenas de associados, realizou-se a reunião habitual com os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa.

A reunião centrou-se numa informação sobre a situação da Petição a apresentar à Assembleia da República e sobre outros assuntos de interesse para os associados. Sobre a Petição, foi prestada informação genérica sobre como está a decorrer essa iniciativa, incindindo-se na tónica de que é feita em nome dos cidadãos que a assinam e sendo explicado como deve ser preenchido o documento que os associados irão receber em breve. Lembrou-se que a Petição pode ser preenchida por qualquer cidadão.

No segundo ponto dos trabalhos, muitos sócios demonstraram a sua insatisfação e indignação pela forma como ultimamente estão a ser tratados, não só quanto à atribuição de novas pensões e à actualização das já atribuídas, como também na demora na aquisição de próteses, ortóteses, material de compensação e produtos de apoio, que *"tanta falta fazem aos deficientes militares"*.

Foi também feito um ponto de situação sobre o Caderno Reivindicativo da ADFA, chegando-se à conclusão de que *"é fácil aparecerem na comunicação social palavras de dirigentes políticos informando que não nos ignoram, mas, na prática, o desinteresse e o abandono a que os deficientes militares estão a ser votados contradiz estas afirmações"*.

Henrique Mendonça, presidente da MAGD Lisboa

Próxima reunião mensal

A Direcção da Delegação de Lisboa vai realizar uma reunião com os associados, no próximo dia 20 de Outubro, Quinta-feira, pelas 14h00, no Auditório *Jorge Maurício*, na Sede da ADFA, tendo como único tema de trabalho o processo de revisão dos Estatutos da Associação.

A Proposta de Revisão Estatutária em discussão já foi publicada na edição de Agosto do jornal ELO e a Direcção da Delegação de Lisboa apela aos contributos dos associados sobre este assunto tão importante para a Associação. A Direcção da Delegação de Lisboa e o seu presidente Francisco Janeiro estão contactáveis pelo número 919 413 356.

Actividades no Núcleo de Sintra

O Núcleo de Sintra está aberto aos associados, todos os dias, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

O responsável pelo Núcleo de Sintra, Anselmo Garvoa, informa sobre as actividades em curso: Pintura - Segundas e Sextas-feiras, das 14h00 às 17h00. Informática - Terças-feiras, das 15h00 às 17h00. Rendas e bordados tapetes de arraiolos - Quartas-feiras, das 10h00 às 13h00. Jogos de cartas e de tabuleiro - Quartas-feiras, das 14h00 às 17h00. Yoga do Riso - Quintas-feiras, das 15h00 às 16h00. Clube de Poesia - Quintas-feiras, das 16h00 às 18h00.

A Direcção da Delegação

Contactos úteis

Serviço de Apoio ao Associado

Pedro Rodrigues - secretaria.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 625/937 534 192

Sandra Ribeiro - sandra.ribeiro@adfa-portugal.com - 217 512 630/934 004 725

Serviço de Acção Social/PADM

Ana Machado, assistente social - servico.social@adfa-portugal.com ou ana.machado@padm.crpq.pt - 217 512 622/917 365 357 - Serviço de Acção Social da Delegação de Lisboa e Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) - Pólo Lisboa - Todos os concelhos do distrito de Lisboa, países africanos de língua oficial portuguesa e outros países.

Direcção da Delegação

Francisco Janeiro, presidente da Direcção da Delegação - 919 413 356

Isabel Franco - direcao.del.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 615/932 323 012

Secretaria da Delegação

A Secretaria da Direcção Delegação de Lisboa está equipada com um sistema eléctrico para enchimento dos pneus das cadeiras de rodas, bastando solicita-lo aos funcionários.

Produtos de apoio

Os associados que estão a aguardar que lhes sejam entregues produtos de apoio, próteses e outros devem contactar a Direcção da Delegação, actualizando a sua situação, através do telemóvel 919 413 356 (Francisco Janeiro).

Actualização de dados

Contacte a Secretaria da Delegação de Lisboa para actualizar os dados do seu processo e ficha de associado, pelo número 217 512 630 (Sandra Ribeiro).



Mantenha as suas
quotas em dia

WWW.ADFA-PORTUGAL.COM/



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Famalicão

Estacionamento reservado



FOTO DELEG. FAMALICÃO

A Delegação informa os associados que a ADFA dispõe de três lugares de estacionamento reservados (no mesmo lugar onde sempre estiveram), identificados com uma placa de sinalização, sendo obrigatória a exibição de cartão válido, em local visível no veículo.

Os interessados devem dirigir-se à Delegação e solicitar à funcionária o empréstimo de um cartão estacionamento, entregando um documento de identificação, que será devolvido no retorno do cartão estacionamento (o Cartão de Lista ou o Cartão do IMTT não servem para identificar a viatura). O estacionamento de viaturas não autorizadas nestes espaços constitui uma infracção, podendo dar lugar às medidas legalmente previstas.

Informações importantes

A Direcção da Delegação de Famalicão informa os associados de que a Delegação funciona de Segunda a Sexta-feira, das 9h30 às 12h00. A Direcção da Delegação alerta os associados que as informações sobre quaisquer actividades da Delegação serão publicadas unicamente no ELO e no *Facebook*, tais como as Convocatórias para as Assembleias-Gerais ou outras.

A Direcção alerta ainda os associados para que, sempre que se dirijam a um Hospital ou outra entidade com acordo com a ADM, solicitem previamente um Orçamento ou Informação sobre os custos de cada acto médico.

A Delegação apela à regularização do pagamento das quotas, no valor anual de 84,00 euros, que poderá ser feita presencialmente, na Sede da Delegação, ou através de cheque, vale postal ou por transferência bancária, para o IBAN PT50 0010 0000 3956 2500 0018 1 (BPI). Em caso de transferência bancária, deve identificar-se o número de associado e entregar o comprovativo, para emissão e envio do respectivo recibo.

Os números telefónicos de contacto da Delegação são: 252 322 848 e 252 376 323. Os interessados também podem contactar os serviços pelo número 919 594 527 ou pelo endereço electrónico secretaria.famalicao@adfa.org.pt.

Serviços clínicos

Na Delegação existe o Serviço Clínico, todas as Sextas-feiras à tarde, com início às 14h00.

As marcações das consultas podem ser feitas para o endereço electrónico ou telefone da Delegação. As consultas são de Medicina Geral e Familiar, com o médico Ricardo Lemos.

Protocolo

No âmbito do Protocolo com a *Central Ópticas*, a Delegação apresenta vantagens exclusivas para os associados e seus familiares directos:

- 30% de desconto em todos os produtos (armações, óculos de sol, lentes oftálmicas, lentes de contacto, líquidos e restante material óptico). Descontos válidos durante todo o ano, para utilizar sempre que precisar.
- Cheque Desconto no valor de 50,00€, válido na compra de armação mais lentes graduadas, acumulável com os 30% do Protocolo.
- Consulta de Visão gratuita.

Serviços disponíveis: Consulta de Optometria/Contactologia; Declaração para Carta de Condução; Tonometria; Biometria; Retinografia; Terapia Visual; Controlo da Miopia.

Acordos directos em vigor: *AdvanceCare*, *Allianz*, *Futura Healthcare*, *Médis*, *Multicare*.

Marcação de consultas de visão em www.centralopticas.pt – pode escolher entre as lojas em: Braga, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Barcelos, Viana do Castelo e Vieira do Minho.

Os descontos do Protocolo não acumulam com outras campanhas ou descontos. Deve referir-se o Protocolo no momento da compra e antes da emissão de qualquer factura.

A Delegação disponibiliza aos associados a informação escrita sobre os descontos disponíveis e um cheque desconto no valor de 50,00€, válido até 31 de Dezembro de 2026. Os interessados podem dirigir-se à Sede da Delegação para receber esses documentos.

A Direcção da Delegação

Coimbra

Almoço de Natal

No próximo dia 1 de Dezembro, Terça-feira, dia feriado nacional, a Delegação de Coimbra vai realizar o seu tradicional Almoço de Natal, no Restaurante *Os Patinhos*, em Ladeira dos Caiados, Carapinheira. Coordenadas GPS: 40°11'37.6"N 8°39'30.7"W

A Direcção da Delegação de Coimbra convida todos os associados, familiares e amigos a estarem presentes neste convívio associativo de unidade e coesão, “*demonstrando, mais uma vez, o espírito participativo e solidário para com a Delegação*”, nesta época natalícia, “*para que possamos todos, em convívio, passar um dia muito feliz*”.

O programa prevê, pelas 12h00, a recepção aos associados, familiares e amigos, seguindo-se o almoço, pelas 12h30. A Delegação informa que o valor, para adultos, é de 30,00 euros, e, para crianças dos cinco aos dez anos, de 15,00 euros. Para crianças até aos quatro anos é gratuito. A data limite de inscrições é o próximo dia 23 de Novembro, Segunda-feira.

A Direcção da Delegação

Évora

Convívio de Natal

A Delegação de Évora vai organizar o habitual convívio natalício no próximo dia 12 de Dezembro, Sábado, no Restaurante da Sede da Delegação, na Rua dos Penedos, 10 C, em Évora. Os interessados podem efectuar já a reserva e inscrição para este tradicional convívio associativo.

Na próxima edição do *ELO* a Delegação divulgará o programa e o preço para o almoço.

Passeio a Setúbal

A Delegação de Évora vai realizar um passeio de um dia à cidade de Setúbal, visitando alguns dos locais mais emblemáticos desta cidade.

Este evento decorrerá no próximo dia 17 de Outubro, com saída de Évora pelas 8h00, junto ao edifício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), na estrada das piscinas (Av. Engenheiro Arantes e Oliveira), e regresso ao fim do dia. O almoço será em Setúbal.

As inscrições podem ser efectuadas na Sede da Delegação, até ao dia 13 de Outubro, *Terça-feira*). Para esclarecimentos, os interessados podem contactar a Delegação pelos números 918 813 863 ou 266 703 473.

A Direcção da Delegação

Castelo Branco e Setúbal

Funcionamento das Delegações

Terminado o normal período de férias dos funcionários e colaboradores da Associação, a Direcção Nacional informa os associados das Delegações de Castelo Branco e de Setúbal sobre a abertura dessas Delegações nos meses de Outubro e de Novembro.

Castelo Branco

Em Outubro, dado que o dia 5 é feriado nacional, a Delegação abrirá nos dias 12 e 26. Em Novembro, isso sucederá nas datas de 2 e 16.

Setúbal

O atendimento aos associados continua a ser realizado às Quartas-feiras, a partir das 9h15, na Delegação de Setúbal, com a presença do trabalhador António Cardoso, com o habitual apoio. Em Outubro, as instalações vão estar abertas nos dias 7, 14, 21 e 28. Em Novembro, a Delegação estará aberta a 4, 11 e nas Quartas-feiras seguintes.

A todos os associados da ADFA e, muito em especial, aos residentes nas áreas de Castelo Branco e Setúbal, a DN sugere que contactem neste período os colaboradores, pois é muito importante a participação no momento associativo que a Associação agora vive, numa oportunidade decisiva e imprescindível para a apreciação e discussão local e regional do processo de revisão estatutária.

“*Colaborem e participem, é o nosso futuro e o da própria ADFA que está em jogo*”, realça a DN.

A Direcção Nacional

Viseu

Opinião

Sempre - Serviço/Campanha

Cadernos Reivindicativos aprovados ao longo de todos estes anos e apresentados a quem de direito: Ministério da Defesa Nacional; Comissão Parlamentar de Defesa Nacional da Assembleia da República; Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA); Presidência da República. Reuniões e mais reuniões para que tudo seja aprovado e, como até ficou bem vincado, antes das férias, na última audição da ADFA na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, na Assembleia da

República, remata, no seu último parágrafo: “A ADFA deixou bem vincado que a dignidade e reconhecimento que são devidos aos deficientes militares das Forças Armadas e seus familiares e defende o inequívoco e integral cumprimento do DL 43/76, 20JAN, e da vontade política para o encerramento definitivo do dossier da Guerra Colonial”.

É, de facto, o que se exige dos responsáveis da Nação. Que se cumpra e faça cumprir o DL 43/76, 20JAN, em todos os seus artigos, e o seu artigo 8.º, que refere “os militares não considerados DFA e por isso classificados como deficientes militares em serviço beneficiam do regime geral dos acidentados civis de trabalho, sem prejuízo dos benefícios diretos que possam receber por parte das Forças Armadas enquanto estiveram nas fileiras”. Ora, mesmo classificados desta forma, de forma alguma pode hoje estar a reivindicar-se uma pensão pelo valor do Indexante de Apoio Social (IAS), o que é uma injustiça para estes homens, que cumpriram nas fileiras das Forças Armadas o Serviço Militar Obrigatório, ao serviço de Portugal, na Guerra Colonial, no apoio à guerra ou na preparação para a mesma, que ficaram deficientes, e a sofrer para toda a vida, e abrangidos pelo artigo 8.º do DL 43/76, 20JAN, o mínimo que se exige é serem abrangidos por uma pensão baseada do valor do Salário Mínimo Nacional. Mas, como deve ser e se exige, os acidentados dos militares deficientes em zona de guerra no apoio à guerra e na preparação para a mesma, devem, por justiça, ser considerados todos, todos, todos, “em campanha”. A ADFA tem que saber aquilo que quer para todos os que serviram Portugal no Serviço Militar Obrigatório ou não, e assim, com clareza, não pode apresentar a Assembleia-Geral Nacional uma Proposta que fala de umas normas reivindicativas e quando fala com os responsáveis da Nação defender o inequívoco e integral cumprimento do DL 43/76, 20JAN, que, de facto, é o que deve fazer e já para fazer justiça a todos os deficientes militares das Forças Armadas. Faça-se justiça!

Ao senhor ministro da Defesa Nacional

Combatente um dia, combatente toda a vida! Nuno Melo, ministro da Defesa Nacional, numa deslocação a Moçambique, onde muitos cidadãos desta antiga colónia combateram por Portugal.

Hoje, como sabemos, as ex-colónias são países livres e independentes e, como também é sabido e é devido, Portugal tem que assumir todos os combatentes que serviram sob a bandeira de Portugal daqui e d'além-mar.

Totalmente solidário com todos os combatentes e no reconhecimento dos seus direitos como o agora aprovado alargamento a todo o País dos transportes gratuitos para os combatentes que se espera entre em vigor a 1 de Janeiro de 2027, depois de aprovado o Orçamento de Estado. Agora, senhor ministro da Defesa Nacional, excelência totalmente solidária com todos, mas em que situação ficam os combatentes deficientes das Forças Armadas que se encontram “presos” em casa, por falta de próteses, porque, segundo informação das entidades responsáveis, não há verba para atribuir as próteses às pessoas deficientes militares que delas precisam para poderem andar, sair de casa e terem direito também ao transporte a 100% e, com isso, terem direito a uma melhor qualidade de vida? Excelência, há combatentes, que são deficientes militares das Forças Armadas, à espera de próteses, cadeiras de rodas, almofadas, silicone, pés adaptados e outros. Esperam há anos e assim, pergunto: Em que ficamos? Dar tudo a todos os combatentes, muito bem. Mas, em primeiro lugar, apoiar quem está “preso” em casa, por falta de material protésico para poder andar!

João Gonçalves,
presidente da Direcção da Delegação de Viseu

Revisão estatutária

Com a publicação da Proposta de Revisão dos Estatutos no jornal *ELO*, disponível para análise dos associados, nada chegou à Delegação sobre a atenção de qualquer item, sinal de que está devidamente adaptada à realidade em que vivemos. A Delegação de Viseu sempre se manteve atenta e preocupada em conseguir sempre o melhor para a ADFA e para a família deficiente militar, o que também, e principalmente, passa pela revisão dos Estatutos, com igualdade para todos, como também o refere a Constituição da República Portuguesa. Todos, todos, todos, temos os mesmos direitos na Instituição ADFA e, de facto, desde sempre considerámos muito importante os Estatutos estarem adaptados a todo o tempo, que era o que já foi defendido na última revisão estatutária, na cidade de Coimbra, a 17 de Outubro e 5 de Dezembro de 2015. Não tendo sido levadas em conta as chamadas de atenção que então houve, deu no que deu!

Hoje, neste momento mais grave ainda, motivado pelo avançar da idade, é quando mais precisamos de estar unidos à nossa ADFA, para mais apoio uns aos outros, na defesa e garante dos direitos de todos.

Daí dizer a todos os deficientes militares das Forças Armadas para estarem e participarem na sua Associação, em Assembleia-Geral a realizar para a revisão dos Estatutos, a ser publicada no *ELO*. Com e pela revisão dos Estatutos, apelamos a todos que possam participar na Assembleia-Geral para a revisão dos Estatutos. Depois de ser definida a data, os interessados podem inscrever-se nos serviços da Delegação, assegurando transporte para esse grande dia.

44.º Aniversário da ANCU

No dia 13 de Setembro, a Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU), com Sede na cidade de Tondela, celebrou o seu 44.º aniversário, na presença das entidades locais e de algumas Associações de Combatentes.

Dos cerca de 300 mil combatentes vivos, esta Associação, como outras, cada vez mais nota a ausência dos seus associados nos convívios, de ano para ano. A lei da vida não perdoa e a realidade aí está à vista de toda a gente. Caros combatentes e deficientes das Forças Armadas, combatentes de Portugal, desejamos melhor saúde e sorte para todos.

Serviços associativos

Os Serviços da Delegação de Viseu funcionam de Segunda a Sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30, realizando a preparação e digitalização dos processos em registo informático.

Os contactos podem ser efectuados para os números 232 416 034 ou 919 356 741 ou 917 366 082 ou através do endereço electrónico secretaria.viseu@adfa.org.pt.

A Direcção da Delegação

Madeira

Quotas de Julho

A Delegação da Madeira informa que este ano, devido a problemas informáticos, não foi possível proceder ao débito na CGD, das quotas a pagar no mês de Julho.

A Delegação informa que, ultrapassado esse problema, as quotas vão a débito no mês de Outubro, agradecendo a compreensão dos associados.

A Direcção da Delegação

Quotas em dia

As Delegações da ADFA apelam aos associados para que, no cumprimento do seu dever associativo, procedam à regularização do pagamento das quotas, no valor anual de 84,00 euros. O pagamento de quotas poderá ser efectuado presencialmente, na Sede da Delegação, ou através de cheque, vale postal ou por transferência bancária, para o IBAN de cada Delegação.

Em caso de transferência bancária, devem identificar o número de associado e entregar o comprovativo através de email ou presencialmente, para emissão e envio do respectivo recibo.

Contactos e IBAN:

Coimbra

Números 917 770 241, 239 814 644 ou endereço secretaria.coimbra@adfa.org.pt
- IBAN PT50 003507400000436853067.

Famalicão

Números 252 322 848, 252 376 323 ou 919 594 527 ou endereço electrónico secretaria.famalicao@adfa.org.pt
- IBAN PT50 0010 0000 3956 2500 0018 1 (BPI).

Faro

Número 289 828 515
- IBAN: PT50 0035 0303 0004 0507 23050.

Lisboa

Números 217 512 625/937 534 192 ou 217 512 630 /934 004 725 ou endereço electrónico secretaria.lisboa@adfa-portugal.com
- IBAN PT50 0036 0071 9910 0079 848 77

Viseu

Números 232 416 034, 919 356 741 ou 917 366 082, ou endereço electrónico secretaria.viseu@adfa.org.pt
- IBAN PT5000 4531 80400 34119 63803.

Falecimento de associados

Apela-se aos associados e familiares que, quando ocorra o falecimento de um associado, o participem à Delegação, informando sobre as exéquias fúnebres, com referência ao local e à hora, para que a ADFA possa estar presente e prestar-lhe a devida homenagem.

Validade de cartões

Os associados devem verificar a validade dos seus cartões ADM do seu agregado familiar e também dos cartões de DFA, PPI, GDFA e GD-SEN e solicitar a sua revalidação com, pelo menos, três meses de antecedência em relação à data de validade.

A renovação deve ser efectuada após contacto prévio com a Delegação, para informação sobre quais os documentos necessários para esse processo.

Estar alerta

Alerta-se os associados para que, sempre que se dirijam a um Hospital ou outra entidade com acordo com a ADM, solicitem previamente um Orçamento ou Informação sobre os custos de cada acto médico.



Reunião com o inspector-geral da Defesa Nacional

A Direcção Nacional da ADFA participou numa reunião com o inspector-geral da Defesa Nacional (IGDN), José Leite Martins, no dia 8 de Setembro último, nas instalações daquela Inspecção-Geral, em Lisboa. A ADFA esteve representada pelo presidente da DN, assessorado pela sua assistente, Sara Santos, e a IGDN esteve representada pelo inspector-geral e por três inspectores. O principal assunto debatido foi o processo de atribuição de próteses, ortóteses e outras ajudas técnicas, muito em especial a sua su-

jeição ao sistema de Contratação Pública, exigida pelo Tribunal de Contas.

A ADFA sublinhou o alerta para os constrangimentos que esta alteração impõe aos deficientes militares. A Associação reiterou a sua preocupação face às situações de desajuste que tal procedimento de concurso público poderá gerar, com novos adiamentos e morosidade, lançando os deficientes militares num atendimento junto de entidades que não são as que habitualmente asseguram o acompanhamento, ma-

nutenção e fornecimento dessas próteses e outros produtos de apoio. A ADFA considerou a possibilidade de adjudicação directaneste casos e de que os meios financeiros disponibilizados no Orçamento do Estado fossem alocados ao Laboratório Nacional do Medicamento, entidade responsável pelos fornecimentos. A IGDN exclui essas possibilidades, o que mantém o alarme e a preocupação da ADFA quanto aos efeitos desta situação.

RV

ADFA reúne com director da ADM

A ADFA foi recebida numa reunião pelo director de serviços da Assistência na Doença aos Militares (ADM), capitão-de-mar-e-guerra Paulo Silvano, no dia 11 de Setembro, nas instalações do IASFA/ADM, em Oeiras. A ADFA esteve representada pelo presidente, pelo vice-presidente e tesoureiro e pelo secretário da DN, assessorados pela assistente, Sara Santos, e pela técnica de contabilidade, Sónia Cerejo. O director da ADM esteve acompanhado pelos chefes de divisão tenente-coronel Lemos e Fátima Marques. A ADFA sublinhou o consignado na Portaria n.º

1034/2009, quanto à saúde para todos os deficientes militares, manifestando que “não se compreende a não participação de determinados exames e consultas”, aludindo também aos problemas criados pela falta de verbas para aquisição de próteses e outras ajudas técnicas, agravados pela obrigatoriedade de procedimento em concurso público, que têm afectado muito severamente os deficientes militares.

O director da ADM reiterou que o procedimento em vigor actualmente é o da contratação pública, o que mantém a preocupação da ADFA.

RV



Novo Comando da Zona Militar Açores

Decorreu, no dia 18 de Setembro último, a Cerimónia de Tomada de Posse do novo comandante da Zona Militar dos Açores (ZMA), brigadeiro-general José Peralta Pimenta, que sucede no cargo ao major-general Silva Ferreira, recentemente promovido. Entidades civis e militares marcaram presença na Cerimónia, que decorreu no Forte de São Brás, em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel. A cerimónia, presidida pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Eduardo Mendes Ferrão, teve como momentos

mais marcantes a assinatura do Termo de Posse de Comando, a imposição do Escudo de Armas e a entrega do Estandarte Nacional pelo comandante das Forças Terrestres, tenente-general Ricardo Monsanto.

O brigadeiro-general José Miguel Andrade Seabra Peralta Pimenta ingressou na Academia Militar em 1988, tendo sido promovido ao actual posto em Agosto de 2026. O novo comandante da ZMA assumiu estar com “total motivação” e “total abertura” para os novos desafios, tendo avançado ao jornal *Açoriano Oriental* que tem dois grandes objectivos para esta missão: cumprir

as determinações do Exército, quanto ao aprontamento e emprego de forças, e honrar o compromisso histórico do Exército com a Região Autónoma dos Açores, no apoio à população. O major-general José Silva Ferreira cessou funções como comandante da ZMA e assume o cargo de segundo comandante do *NATO Rapid Deployable Corps – Spain* (NRDC-Esp).

A ADFA deseja as maiores felicidades ao novo comandante da ZMA e ao comandante cessante, na sua missão.

RV

Despedida institucional

Comando do Pessoal do Exército

O tenente-general Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares findou a sua comissão à frente do Comando do Pessoal do Exército (CmdPess), tendo apresentado cumprimentos de despedida ao presidente da Câmara Municipal do Porto, Pedro Duarte, numa visita de cortesia ocorrida no dia 15 Setembro, nos Paços do Concelho. O CmdPess está sediado na Cidade Invicta e por isso ali teve lugar este evento de despedida. Ao longo da sua carreira militar, o tenente-general Pe-

dro Gonçalves Soares recebeu 12 louvores, dos quais quatro concedidos pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, três pelo chefe do Estado-Maior do Exército, quatro por outros oficiais gerais e um por outras entidades militares, como foi divulgado pela imprensa e rádio. O Comando do Pessoal é responsável por assegurar as actividades do Exército no domínio da administração dos recursos humanos, da formação e da saúde, de acordo com os planos e as directivas superiores. Na hierarquia militar, estão de-

pendente dos Comando do Pessoal a Direcção de Administração de Recursos Humanos, a Direcção de Formação, a Direcção de Saúde, a Direcção dos Serviços de Pessoal, o Centro de Psicologia Aplicada do Exército, a Unidade de Apoio do Comando do Pessoal.

O Exército ainda não publicitou formalmente a nomeação do seu sucessor directo no Comando do Pessoal. A ADFA deseja as maiores felicidades ao TGEN Pedro Gonçalves Soares.

RV

Transportes gratuitos para ex-combatentes alargados a todo o País

Em 12 de Agosto último foi divulgado pela *Agência Lusa* que o Presidente da República, António José Seguro, promulgou o decreto da Assembleia da República que alargou a todo o País a gratuidade dos transportes públicos para antigos combatentes.

Antes da alteração promulgada em Agosto, esse benefício abrangia três modalidades: os passes metropolitanos, os passes municipais e os títulos de assinaturas de linha (para deslocações entre origem e destino específicos). No caso dos títulos de assinatura de linha,

a gratuidade só abrangia deslocações até 32 quilómetros a contar da localidade de residência habitual do utente. A medida promulgada marca o fim de uma limitação geográfica que, durante anos, deixou de fora muitos ex-combatentes, apenas por residirem em zonas do País sem cobertura adequada da rede pública de transportes. Os antigos combatentes residentes em regiões com pouca oferta de transportes públicos ficavam frequentemente sem acesso real ao benefício, mas, a medida aprovada e promulgada responsabiliza o Governo para, em articulação com as autoridades

de transportes competentes, adoptar as medidas necessárias para garantir a gratuidade dos transportes públicos em todo o País, para todos os ex-combatentes e também para os respetivos viúva ou viúvo. Este direito deixa de estar dependente da existência de passes metropolitanos ou municipais na área de residência, passando a ser efectivamente assegurado em qualquer ponto do território nacional, incluindo nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A lei entrará em vigor com o Orçamento do Estado para 2027.

RV

Museus, monumentos e outros equipamentos culturais

Cultura e património em visitas gratuitas

O Departamento de Documentação, Informação e Projectos (DDIP) divulgou que uma medida adoptada pelo XXIV Governo Constitucional, em vigor desde 1 de Agosto de 2024, passou a permitir aos residentes em Portugal visitar gratuitamente 37 museus, monumentos e outros equipamentos culturais. A gratuidade, inicialmente prevista para 52 dias por ano, correspondentes a Domingos e Feriados, passou a poder ser usufruída em qualquer dia da semana, mantendo-se o limite anual de 52 dias. Esta medida abrange os seguintes 37 espaços culturais:

- Convento de Cristo, em Tomar;
- Fortaleza de Sagres, em Vila do Bispo;
- Mosteiro de Alcobaça, em Alcobaça;
- Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha;
- Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa;
- Museu de Alberto Sampaio e extensão no Palacete de Santiago, em Guimarães;
- Museu de Arte Popular, em Lisboa;
- Museu de Lamego, em Lamego;
- Museu José Malhoa, em Caldas da Rainha;
- Museu Nacional da Música, em Mafra;
- Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche;
- Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa;
- Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa;
- Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado, em Lisboa;
- Museu Nacional de Conímbriga, em Condeixa-a-Nova;
- Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa;
- Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra;
- Museu Nacional de Soares dos Reis e Casa-
- Museu Fernando de Castro, no Porto;

- Museu Nacional do Azulejo, em Lisboa;
- Museu Nacional do Teatro e da Dança, em Lisboa;
- Museu Nacional do Traje, em Lisboa;
- Museu Nacional dos Coches e Picadeiro Real, em Lisboa;
- Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo e Igreja das Mercês, em Évora;
- Museu Nacional Grão Vasco, em Viseu;
- Museu Rainha D. Leonor e extensão na Igreja de Santo Amaro, em Beja;
- Paço dos Duques de Bragança, Castelo de Guimarães e Igreja de São Miguel do Castelo, em Guimarães;
- Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa;
- Palácio Nacional de Mafra, em Mafra;
- Panteão Nacional, em Lisboa;
- Torre de Belém, em Lisboa;
- Museu D. Diogo de Sousa, em Braga;
- Museu dos Biscainhos, em Braga;
- Museu da Terra de Miranda, em Miranda do Douro;
- Museu do Abade de Baçal, em Bragança;
- Museu Dr. Joaquim Manso, em Nazaré;
- Museu da Cerâmica, em Caldas da Rainha;
- Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, em Lisboa.

A informação divulgada indica que cada pessoa pode visitar, no mesmo dia, mais do que um dos espaços acima mencionados, esclarecendo que, para usufruir da entrada gratuita, é necessário apresentar um documento de identificação em cada, de forma a que a visita seja devidamente registada e contabilizada no limite anual de 52 dias.

RV



Voto de Saudação da Assembleia de Freguesia do Lumiar

A ADFA foi informada, pelo presidente da Assembleia de Freguesia do Lumiar, João Freire de Andrade, do Voto de Saudação n.º 8/2026 aos Antigos Combatentes, apresentado pelo partido *Chega* e aprovado por maioria na reunião daquela Assembleia, ocorrida no dia 25 de Junho.

Na 4.ª Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia do Lumiar, foi aprovado por maioria o Voto Saudação que evocou a celebração, no dia 9 de Abril, do Dia do Combatente.

No Voto de Saudação, são alvo de uma homenagem de *“memória, gratidão e justiça”* (...) *“todos aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar”*, sublinhando os que *“regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático”*.

A ADFA, cuja Sede Nacional se localiza naquela freguesia de Lisboa, também foi referida, como *“digna representante daqueles que regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes”*, assim como o Hospital das Forças Armadas.

Para além da saudação a todos os antigos combatentes portugueses, entre os quais se incluem do deficientes das Forças Armadas, e da homenagem à memória de todos os que tomaram ao serviço de Portugal, a Assembleia de Freguesia manifestou a sua solidariedade para com todos os ex-combatentes em dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado, solicitando a maior atenção das instituições públicas de saúde e dos poderes públicos, como a Freguesia, o Município e o Governo, para as dificuldades que muitos dos ex-combatentes deficientes militares sentem, *“nomeadamente nos atrasos para a autorização de apoios do Estado a que têm direito por lei”*.

RV



Eleição para o Conselho Consultivo da EDIPD

No passado dia 8 de Julho realizou-se, em formato presencial e *online*, nas instalações do Instituto para os Direitos das Pessoas com Deficiência, I.P. (IDiPD), em Lisboa, uma Sessão com as Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência de âmbito nacional, com o objectivo de eleger os três representantes para integrarem o Conselho

Consultivo da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (EDIPD) 2026-2030.

Sónia Esperto, presidente do Conselho Directivo do IDiPD, informou a ADFA de que as entidades eleitas foram: a RD-Portugal, União das Associações das Doenças Raras de Portugal, com sete votos; a ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, com três votos; e a FENACERCI - Federação Nacional de

Cooperativas de Solidariedade Social, com três votos. A presidente do IDiPD manifestou a congratulação com as Organizações eleitas, desejando-lhes um excelente trabalho. *“Estamos convictos de que será uma colaboração profícua e que representarão com empenho todo o movimento das pessoas com deficiência no âmbito do Conselho Consultivo da EDIPD 2026-2030”*, salientou.

RV

Apresentado novo Relatório

Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD)

ADFA tomou conhecimento do *“Relatório sobre a Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal e de Actividade do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2017–*

2026)” enviado pelo Secretariado do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), organismo independente de promoção, protecção e monitorização da implementação da Convenção, que analisa a evolução da sua implementação em Portugal, identificando os

progressos alcançados, os desafios persistentes e as áreas prioritárias de intervenção, e que sistematiza a actividade desenvolvida pelo Mecanismo ao longo do período em análise. Este documento pode ser consultado na Sede Nacional, em Lisboa.

RV

Museu da Guerra Colonial

No dia 8 de Setembro último, o Museu da Guerra Colonial, sediado em Vila Nova de Famalicão, participou na Acção de Curta Duração (ACD) *“Famalicão como Laboratório de Aprendizagem – De Famalicão para o Mundo”*, que contemplou um conjunto de visitas a diferentes espaços museológicos e culturais daquele Concelho.

“A iniciativa pretendeu proporcionar aos professores uma oportunidade de conhecer os espaços, as colecções e os conteúdos dos Museus [do Concelho], bem como os recursos e possibilidades de colaboração existentes, potenciando, assim, futuras ligações entre a comunidade educativa e as instituições culturais”, explicou a Direcção do Museu da Guerra Colonial, no seu perfil no Facebook.



FOTOS MGC

Tomada de posse do director-geral da Polícia Judiciária Militar



O ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, aproveitou para cumprimentar a ADFA no fim da Cerimónia

A ADFA participou, no passado dia 23 de Setembro, no Salão Nobre do Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa, na cerimónia de tomada de posse do director-geral da Polícia Judiciária Militar (PJM), contra-almirante Paulo Manuel José Isabel. Representaram a ADFA o presidente da Direcção Nacional, assessorado pela sua assistente Sara Santos. Na ocasião, a ADFA foi cumprimentada pelo ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, que aproveitou para agendar uma reunião com a Associação para meados do mês Outubro.

A nomeação e início de funções do director da-geral da PJM passaram por diferentes momentos. Em 2 de Outubro de 2018, assumiu o cargo, com o posto de capitão-de-mar-e-guerra, nomeado pelo então ministro da Defesa Nacional, Azeredo Lopes, em regime de substituição, sucedendo ao coronel Luís Vieira.

No Salão Nobre do Ministério da Defesa Nacional, no dia 23 de Setembro, o governante condecorou o director-geral da PJM, seguindo-se a cerimónia de tomada de posse, que contou com a presença do

secretário de Estado adjunto da Defesa Nacional, Álvaro Castello Branco, do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general João Cartaxo Alves, e de representantes das chefias dos três ramos militares, entre outras entidades civis e militares, como a ADFA. Tendo recentemente comemorado 51 anos de existência, a Polícia Judiciária Militar inclui, na sua estrutura central, a Unidade de Investigação Criminal (UIC) e o Laboratório de Polícia Técnico-Científica.

RV

Laboratório Nacional do Medicamento

Procedimentos de contratação pública para próteses e outras ajudas técnicas

Os Órgãos Sociais Nacionais da ADFA realizaram uma reunião com o director do Laboratório Nacional do Medicamento (LM), coronel de Farmácia João Albuquerque do Carmo, no dia 13 de Agosto, na Sede Nacional, em Lisboa.

Na ocasião, o director do LM deu conhecimento à Direcção Nacional da ADFA da posição do chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) e do Laboratório quanto à adjudicação de artigos de apoio personalizados, nomeadamente próteses ortopédicas destinadas aos deficientes das Forças Armadas.

Foi referido que foram determinadas alterações aos procedimentos de contratação pública em prática para a aquisição deste tipo de dispositivos médicos feitos por medida – próteses, sendo que “*doravante as aquisições devem ser realizadas através de concursos públicos*”. O CEME e o LM demonstram partilhar das preocupações da ADFA sobre esta matéria.

A ADFA considera que a possibilidade de ajuste directo permitiria assegurar a continuidade do acompanhamento por parte do protésico habitual de cada deficiente militar, garantindo estabilidade, segurança, qualidade e adequação técnica individualizada no processo de reabilitação, proposta que tem merecido acolhimento junto do CEME e do LM.

O LM fundamentou tecnicamente a relevância clínica da manutenção do protésico habitual, junto da IGDN, sustentando “*a necessidade de manter a possibilidade de recurso ao ajuste directo nestas situações específicas*”, mas não logrou alterar a norma vigente. O LM constata que “*a adopção generalizada deste tipo de procedimento, tem como consequências não existir a garantia de manutenção do protésico habitual, dado que os concursos públicos são abertos a todos os operadores económicos, e uma previsível maior morosidade processual inerente à tramitação dos procedimentos concursais*”.

O director João Albuquerque do Carmo realçou ainda que “*o LM reconhece a sensibilidade associada à continuidade do acompanhamento clínico e técnico na área das próteses feitas por medida*”, e, cumprindo integralmente o entendimento da IGDN e a legislação em vigor, assegura que irá “*envidar todos os esforços para mitigar atrasos, agilizando internamente cada fase procedimental, reforçando mecanismos de planeamento, de modo a garantir que as necessidades dos utentes são devidamente identificadas, priorizadas e satisfeitas, dentro dos limites legais aplicáveis*”. O LM reafirmou o seu “*compromisso com a qualidade do serviço prestado, com o rigor procedimental e com a protecção dos interesses dos deficientes das Forças Armadas*”, expressando a sua disponibilidade para colaborar com a ADFA na operacionalização do SAPADM.

RV



Processo de Revisão Estatutária

Trabalho de aperfeiçoamento com base nos contributos associativos



A Delegação de Lisboa em reunião com o Grupo de Trabalho



O presidente da MAGN



Os representantes da Delegação de Coimbra



O presidente da Delegação de Évora



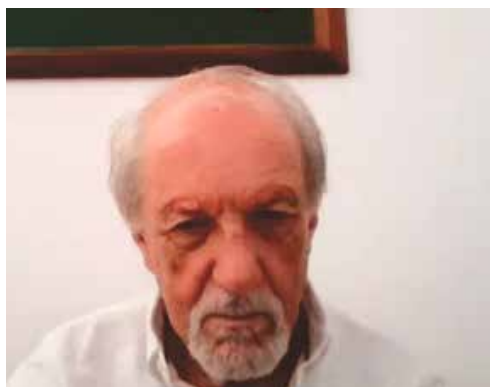
O presidente da Delegação de Viseu



O presidente da Delegação de Faro



O associado José Monteiro



O presidente da Delegação da Madeira



O presidente da Delegação dos Açores



Os presidentes das Delegações de Porto e Famalicão

O trabalho ligado ao processo de revisão estatutária encontra-se na fase de divulgação aos associados e dirigentes da Proposta apresentada pelo respectivo Grupo de Trabalho. O documento, que foi publicado na última edição do ELO, está agora a ser alvo da análise das Direcções de todas as Delegações e dos associados que pretenderem participar nesse trabalho de aperfeiçoamento. A Direcção Nacional remeteu uma mensagem aos presidentes da MAGN e do CFN, aos elementos do Grupo de Trabalho e aos presidentes de todas as Delegações, com o objectivo de agendar reuniões descentralizadas sobre este assunto de supremo interesse associativo.

Durante o mês de Setembro tiveram lugar as reuniões com os presidentes das Delegações: no dia 21, com as Delegações de Coimbra, Viseu e Castelo Branco; no dia 22, com as Delegações de Porto, Famalicão e Bragança; no dia 23, com as Delegações de Lisboa, Évora e Faro; e no dia 24, com as Delegações de Açores e Madeira. Todos estes encontros beneficiaram da possibilidade de trabalho *online*.

Este trabalho descentralizado teve como objectivo sensibilizar as Delegações e colher os seus contributos, intentando ainda o agendamento de reuniões locais e regionais com os associados, para esclarecimento e recolha de mais contributos. A Proposta de alteração aos Estatutos da ADFA, na sua forma final,

será o tema dessas reuniões, destinadas a clarificar as possíveis dúvidas existentes. O Grupo de Trabalho está sempre contactável, através dos endereços electrónicos ou dos telefones do Gabinete dos Órgãos Sociais (GOS), e recebe contributos através do endereço electrónico revisao.estatutos@adfa-portugal.com.

“Todos esperam pela nossa participação, para que este trabalho seja um sucesso, com uma finalidade desejável: que o próximo acto eleitoral já seja convocado de harmonia com as novas disposições estatutárias em vigor”, salientou o vice-presidente e tesoureiro da DN, Cândido Patuleia Mendes, que coordena o Grupo de Trabalho.

RV

CRPG recebe visita do subdiretor-geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional

Em Setembro último, o CRPG - Centro de Reabilitação Profissional recebeu a visita do subdirector-geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional, Pedro Vieira, acompanhado pela chefe da Divisão de Saúde Militar e Assuntos Sociais, Cristina Vilhena, e pela técnica superior daquela Divisão, Catarina Afonso.

A visita teve como principal objectivo acompanhar a implementação do Plano de Acção para o Apoio aos Deficientes Militares (PADM), conhecer a sua metodologia de intervenção e analisar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos. Esta iniciativa enquadrou-se numa abordagem de avaliação das intervenções do Ministério da Defesa Nacional dirigidas aos deficientes militares e aos antigos combatentes.

Durante a sessão, foram apresentados os fundamentos e a missão do PADM, o seu enquadramento institucional, objectivos, modelo de funcionamento e principais eixos de intervenção. A apresentação permitiu dar a conhe-



O sub-director geral em reunião com a direcção do CRPG e em visita à Oficina de Próteses

cer o apoio prestado aos deficientes militares, às suas cuidadoras e aos antigos combatentes em situação de sem-abrigo, bem como a articulação estabelecida com um conjunto alargado de entidades parceiras.

A visita incluiu ainda uma breve apresentação do CRPG e das suas áreas de actuação, com destaque para a implementação do PADM, complementada por uma passagem pela Oficina de Ortoprotesia. Um dos temas centrais do encontro foi a análise do percurso do PADM ao longo dos seus quase 11 anos de implementação, reflectindo sobre os resultados alcançados, os desafios identificados e as necessidades que continuam a afectar os deficientes militares e as suas famílias.

A sessão constituiu uma oportunidade para promover uma reflexão conjunta sobre as respostas actualmente existentes, identificar lacunas e equacionar novas formas de reforçar a intervenção, procurando garantir um apoio cada vez mais ajustado às necessidades desta população.

Texto e fotos de CRPG



**RAINHA
SANTA**
RESTAURANTE & SNACK-BAR

📍 Av. Padre Cruz, 1600-443 Lisboa
Edifício da ADFA

☎ 932 033 680
963 633 484

✉ restauranterainhasantal Lisboa@gmail.com

📱 @restauranterainhasanta

📷 @restaurantesbar.RS

ALMOÇOS

- MENUS (PRATO E BEBIDA)

EVENTOS

ENTRE 30 A 120 PESSOAS

- BATIZADOS
- JANTARES DE GRUPO
- FESTAS DE ANIVERSÁRIO
- JANTARES DE NATAL
- JANTARES DE EMPRESAS
- CELEBRAÇÕES DIVERSAS

HORÁRIO: DAS 8H-18H

EM DIA DE JANTARES: 19H-01H

(POSSIBILIDADE DE ESTENDER O HORÁRIO)

PARQUE PRIVATIVO

Internacional - Moçambique

Ministro da Defesa Nacional visita ADFA-PM



FOTOS MON

Vários momentos da visita do ministro da Defesa Nacional à ADFA-PM

No final da sua visita a Moçambique, em 15 de Setembro, o ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, visitou a Sede da Associação de Deficientes das Forças Armadas - Pólo de Moçambique, em Maputo, onde afirmou que, “na dignificação de quem, de facto, não tem nenhum problema em honrar esta memória”, “os antigos combatentes são a essência dos povos, por aquilo que deram, deram tudo, para que as pátrias existissem”.

O ministro Nuno Melo anunciou o entendimento com o Governo de Maputo para as prometidas obras de requalificação da Sede da ADFA-PM, explicando que “este edifício é um espaço de convívio, mas também de memória e de confraternização entre camaradas que não tem condições, mas em relação ao qual, para que o Estado Português possa intervir, ajudando na sua recuperação, temos que ter a autorização do Estado Moçambicano”. Durante os encontros em Maputo, o ministro da Defesa Nacional e a ministra

dos Combatentes, Nyeleti Mondlane, subscreveram uma carta de intenções que possibilita a intervenção do Estado Português na reabilitação da Sede da Associação.

O vice-presidente da ADFA-PM, Zacarias Boane, lamentou que “há muito tempo tínhamos ficado esquecidos e não havia quem tivesse ficado perto de nós”, declarando-se satisfeito pela visita de Nuno Melo, a quem pediu também apoio quanto à documentação de centenas de outros deficientes militares espalhados pelo País, que não conseguem comprovar que pertenceram às Forças Armadas Portuguesas, até porque, depois da independência, os arquivos ficaram em Moçambique.

Os dois governos assinaram, também durante esta visita de Nuno Melo a Moçambique, um memorando de entendimento que possibilitará o acesso a esses arquivos, que, segundo o governante português, “permitirá agora que o Governo Português possa aceder e digitalizar os documentos que estão em Mo-

çambique desde o momento da independência, mas relativos a militares que combateram também pela Bandeira e pela Pátria portuguesa, que têm direitos que têm que ser certificados”.

No seu perfil no Facebook, o ministro Nuno Melo salientou que “em resultado da subscrição de um acordo-quadro, Portugal poderá agora aceder e digitalizar os documentos que ficaram em Moçambique após a independência, relativos aos antigos combatentes portugueses e africanos que estiveram ao serviço de Portugal, determinantes para a certificação da sua situação e atribuição de direitos”. Destacou ainda a subscrição de “um documento que legitima a recuperação pelo ministério da Defesa Nacional de Portugal, da Sede em Maputo da Associação dos Deficientes das Forças Armadas que combateram ao serviço de Portugal”. O governante sublinhou que “honrar as dádivas e sacrifícios destes antigos combatentes é uma obrigação da Pátria”.

RV

Reuniões sobre o Legado ADFA

No dia 3 de Setembro último, teve lugar uma reunião do Grupo de Trabalho sobre o Legado da ADFA (GT), na Sede Nacional, em Lisboa, sendo apreciada a proposta de trabalho e orçamento apresentados pelo investigador Bruno Sena Martins, como estava previsto desde Julho. Participaram presencialmente nesta reunião de trabalho os associados António Neves, presidente da DN, Francisco Janeiro, presidente da Delegação de Lisboa, Ludgero Sequeira, presidente da Delegação de Faro, Manuel Branco, presidente da Delegação de Évora, Joaquim Couceiro, José Teixeira e Lia Katali Fakir, tendo participado *online* os associados Joaquim Mano Póvoas, presidente da MAGN, António Lavouras Lopes, Manuel Bastos, João Martins, presidente da Delegação da Madeira, e Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto. Da agenda dos trabalhos constavam a análise e parecer sobre a proposta do projecto de investigação apresentada pelo investigador Bruno Sena Martins e a análise da situação actual do Grupo de Trabalho e perspectivas futuras sobre a sua organização e funcionamento.

Após um resumo enquadrador sobre a proposta do investigador, que o GT entendeu ir ao encontro das perspectivas e expectativas, foi a mesma debatida, para aperfeiçoamento e acções a desenvolver.

Foi realçada a importância de realizar esse estudo, bem como foi sublinhada a relevância do contacto directo do GT e da DN com o investigador, para agilização dos ajustes necessários a cada etapa.

Foi referido que, “*atendendo aos seus currículo e experiência, o professor Bruno Sena Martins é muito importante para os propósitos do Legado*”, sendo, também por isso, decidido convidar o investigador a publicar no *ELO* um artigo sobre a clarificação do conceito e dos propósitos do Legado da ADFA (ver página 17).

A DN informou o GT de que iria promover a realização de uma reunião de trabalho com o investigador, encontro que veio a ter lugar no dia 9 de Setembro. O objectivo foi preparar argumentos para apresentação a organizações que possam ser po-

tenciais financiadoras do estudo a realizar. O passo seguinte foi definir que entidades a ADFA contactará para esse efeito.

Quanto ao conceito do Legado, foi entendido que “*o ELO tem um papel importante no esclarecimento inequívoco, em articulação com as Delegações*”, considerando-se sempre a proximidade aos associados, o que exige uma comunicação abrangente a todos os Órgãos Sociais e o seu compromisso no envolvimento na dinâmica e espírito de todo universo associativo.

Foi sugerido que a coordenação e o acompanhamento deste Projecto devem ser compostas pela DN e pelo GT.

O documento apresentado pelo investigador mereceu concordância geral, salvaguardando-se os ajustamentos para a futura apresentação às potenciais entidades financiadoras do Projecto. A calendarização da execução dos trabalhos ficou dependente da reunião a realizar com o investigador. No segundo ponto dos trabalhos, foi feita a análise da situação actual do GT e das perspectivas futuras sobre a sua organização e funcionamento, criando-se um sub-grupo coordenador *Ad Hoc*, constituído pelos associados António Lavouras Lopes, Ludgero Sequeira, Manuel Bastos, Manuel Branco e Lia Katali Fakir.

Reunião com Bruno Sena Martins

No dia 9 de Setembro realizou-se a reunião com o investigador, como estava previsto pelo GT, em 3 de Setembro, para análise da proposta que Bruno Sena Martins apresentou.

Foi evidenciado que a proposta mereceu um bom acolhimento junto do GT e da DN, uma vez que “*corresponde às nossas expectativas, no que diz respeito aos propósitos*”, sendo “*muito clara*” e valorizando a natureza do trabalho a desenvolver, nomeadamente na caracterização das três dimensões que perseguem o percurso da ADFA: Guerra - a memória da Guerra Colonial e das suas consequências; Democracia - o contributo para a construção da democracia e para a afirmação da cidadania; e Deficiência - a transformação das res-

postas sociais, culturais e políticas à deficiência em Portugal. Foi realçada a importância de esclarecer as dúvidas sobre o conceito do Legado no universo associativo. Foram também debatidos os potenciais financiadores do projecto, sendo sugeridas algumas Instituições a contactar brevemente.

A ADFA vai elaborar um dossiê que possa reflectir a importância do projecto e que estimule a participação dos potenciais financiadores, atendendo às exigências de que estes apoios carecem. Para o efeito, a Associação solicitou ao professor o seu apoio na concepção desse documento a apresentar às entidades.

O professor Bruno Sena Martins agradeceu o acolhimento que a sua proposta de trabalho e orçamento mereceram, salientando que orçamento é uma estimativa realista e, considerando o tempo previsto para a execução do projecto, sugeriu a aceleração possível no processo de busca de financiamento, disponibilizando-se a auxiliar a ADFA nesse sector. Aceitou o desafio de preparar um artigo a ser publicado no *ELO* e da mensagem a enviar às entidades.

Entidades já contactadas

Na sequência destas reuniões e do trabalho que imediatamente se seguiu, no dia 18 de Setembro, foram remetidos ofícios, com solicitação de apoio financeiro para o Projecto “*O legado material e imaterial da ADFA: memória, património e futuro*” ao chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general João Cartaxo Alves, ao presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, António Feijó, e ao presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, António Farinha Morais.

No dia 22 de Setembro, foi também enviado um ofício ao Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, António José Seguro.

A ADFA avança com determinação nesta etapa para a concretização do Projecto “*O legado material e imaterial da ADFA: memória, património e futuro*”.

RV (com Lia Katali Fakir)



Mantenha as suas quotas em dia

WWW.ADFA-PORTUGAL.COM/



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

O legado material e imaterial da ADFA: a força justa da memória

A salvaguarda da memória das lutas democráticas é também uma luta democrática. A reflexão em curso na ADFA sobre a preservação e transmissão do seu legado, tal como a entendo, nasce do justo reconhecimento da responsabilidade de assegurar que o papel histórico, social e político da Associação permaneça vivo na memória pública, para além das gerações que a construíram e viveram. Nesse sentido, projectar o legado da ADFA é dialogar com um futuro que se quer capaz de compreender, em conjunto, três dimensões inseparáveis ligadas ao seu percurso: (1) **Guerra** – a memória da Guerra Colonial e das suas consequências; (2) **Democracia** – o contributo para a construção da democracia e para a afirmação da cidadania; e (3) **Deficiência** – a transformação das respostas sociais, culturais e políticas à deficiência em Portugal.

A existência da ADFA é indissociável da Guerra Colonial (1961-1974) e das suas consequências humanas e sociais. Os militares que regressavam a Portugal com deficiências de vária ordem foram confrontados com a insuficiência das respostas de reabilitação, reintegração socioprofissional e reparação, num contexto profundamente marcado por abordagens assistencialistas e discriminatórias. Foi nos hospitais militares, a partir dessa experiência partilhada, que começou a germinar uma consciência colectiva e um movimento de defesa dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas. O espaço de liberdade aberto pelo 25 de Abril permitiu que essa mobilização adquirisse forma institucional com a fundação da ADFA, em 14 de Maio de 1974. Desde a sua origem, a Associação articulou a reparação das consequências da guerra com a reivindicação de condições para o pleno exercício da cidadania.

Ao longo de mais de cinco décadas, a intervenção da ADFA ultrapassou largamente a mera representação dos interesses dos seus associados. A Associação participou na construção do quadro legislativo aplicável aos DFA, promoveu estruturas e respostas de reabilitação, contribuiu para o desenvolvimento do movimento associativo das pessoas com deficiência e interveio na transformação das atitudes sociais perante a deficiência. A sua acção assentou numa cultura associativa singular, marcada pela solidariedade, pela participação democrática, pela autonomia face a tutelas políticas e partidárias, pela firmeza reivindicativa e pela rejeição da caridade. Ao afirmar os Deficientes das Forças Armadas como sujeitos de direitos e agentes da sua própria integração, e não como objectos passivos de assistência, a Associação produziu um património imaterial que importa reconhecer, valorizar e transmitir.

Esta dimensão colectiva e transformadora do percurso da ADFA é expressa por Maria Leonarda Tavares, associada da Instituição, num texto publicado no jornal *ELO* em Março de 2026. Nas suas palavras, “o caminho percorrido pelos jovens que



O professor Bruno Sena Martins no uso da palavra durante o lançamento do livro dos 40 anos da ADFA

se deficientaram na Guerra Colonial abriu uma janela de oportunidades para os deficientes deste País”; “os milhares regressados de África formaram, do lado de cá, um exército altamente combativo contra todos os preconceitos instalados”. O seu testemunho evidencia o alcance de uma luta que ultrapassou os interesses dos associados da ADFA e contribuiu para transformar o lugar social da deficiência em Portugal.

A este legado soma-se o lugar singular da ADFA na preservação da memória da Guerra Colonial no Portugal democrático. Os corpos, testemunhos e percursos dos seus associados trouxeram para o espaço público a realidade de uma guerra que durante anos fora censurada e mantida à margem do debate público, tornando visíveis as suas duradouras consequências.

O legado da ADFA não constitui uma realidade exclusivamente interna. Preservar e transmitir esse legado significa salvaguardar uma parte relevante da memória social e política de Portugal, mas também uma história de dimensão transnacional, ligada ao colonialismo, às sociedades afectadas pela Guerra Colonial e às relações estabelecidas pela ADFA com antigos combatentes e organizações de vítimas de guerra de outros países. A reflexão sobre o projecto de salvaguarda do legado da ADFA parte de um património de conhecimento já significativo. Entre as suas referências fundamentais encontra-se *Deficientes das Forças Armadas – A Geração da Rutura*, obra institucional preparada no contexto dos 40 anos da ADFA, que reuniu e sistematizou um vasto conhecimento sobre a Associação. Ao longo dos anos, a própria ADFA promoveu publicações (com destaque para o jornal *ELO*),

iniciativas de memória e trabalhos de organização documental, ao mesmo tempo que diferentes projectos de investigação e estudos académicos produziram entrevistas, análises e publicações sobre a Associação, os DFA e a Guerra Colonial.

Acredito que um projecto de salvaguarda da memória da ADFA deve assentar numa estratégia integrada de diagnóstico, recolha, organização, interpretação, valorização e transmissão desse legado. O objectivo não é repetir o trabalho realizado, mas relacioná-lo com novas recolhas e proceder a uma selecção editorial rigorosa, capaz de transformar fontes e conhecimentos dispersos em conteúdos acessíveis para diferentes públicos e gerações. Deverá articular documentos, testemunhos, fotografias, registos audiovisuais e objectos com o desenvolvimento de um arquivo integrado de memória oral e de um *Portal do Legado* concebido para perdurar. Um projecto institucional desta natureza deverá envolver os associados e as Delegações na identificação e interpretação das memórias que constituem esse legado, promovendo renovada participação e debate interno. O apoio nas melhores práticas científicas e técnicas deverá contribuir para que esse património permaneça vivo, acessível e transmissível.

Num momento de profunda transformação da vida associativa, manter viva esta memória, contra a inclemência do tempo, é também assegurar que a ADFA continue a ocupar o seu lugar na história e na vida democrática portuguesa.

**Professor universitário e investigador nas áreas da deficiência, direitos humanos e colonialismo.*

Por Bruno Sena Martins*



DESAFIOS LÓGICOS, MATEMÁTICOS E OUTROS

Por Alberto Casais

QUESTÃO IX

Três amigos vão a um restaurante almoçar.

Chegada a hora de pagar pedem a conta, que é de 30€.

Cada um dos comensais desembolsou 10€ ($10 \times 3 = 30$) mas acharam caro; por isso disseram ao empregado que o valor era exagerado e para reclamar junto do patrão.

O empregado assim fez e reclamou junto do patrão.

O patrão atendeu à reclamação e abateu 5€ à despesa, dando por isso 5€ ao empregado para devolver aos comensais.

O empregado no seu percurso, com 5€ para devolver, começou a pensar: "Os clientes são 3; 5€ não são divisíveis por 3; ora, se eu ficar com 2€, devolvo 3€ e cada um já recebe 1€, ficando satisfeitos".

Assim fez: devolveu 3€.

Ora, vamos a contas:

Cada comensal desembolsou 10€ e recebeu de troco 1€, ficando a sua despesa por 9€. Portanto, a despesa ficou por $3 \times 9€ = 27€$.

O empregado ficou com 2€.

Assim, contas finais: $27€ + 2€ = 29€$!

Mas... os nossos amigos desembolsaram 30€ e agora a conta final só dá 29€!

Onde desapareceu 1€?

No próximo número do ELO, darei a resposta e apresentarei outra questão.

Solução do desafio da edição anterior Partilha de 35 camelos por três irmãos

Esta questão que leva-nos a uma questão essencial que é "trabalhar com fracções" e requer atenção especial. Com efeito, neste caso dos 35 camelos, o erro (!) está no facto da soma das fracções não ser igual à unidade.

Vejamos:

- as fracções são $1/2$, $1/3$ e $1/9$;
- para somarmos as fracções, temos de reduzi-las ao mesmo denominador comum (usar os valores comuns e não comuns, dando a cada um o maior expoente): $1/2 + 1/3 + 1/9$;
- assim, o denominador comum às três fracções é: $2 \times 3 \times 3 = 18$;

- para realizar a soma das fracções teremos de multiplicar a primeira fracção por 9, a segunda por 6 e a terceira por 2, resultando, portanto: $9/18 + 6/18 + 2/18 = 17/18$

Por aqui se vê que só um número de camelos que seja múltiplo de 18 nos permite uma divisão inteira.

Como eu disse no início da exposição da questão, conheci-a usando 17 camelos. Nesta versão é só necessário emprestar mais 1 camelo ($17 + 1 = 18$), resultando no final 1 camelo que foi emprestado. Particularmente, gosto mais da versão apresentada agora pois, assim, os dois amigos vão cada um montado no seu camelo.



Contactos dos Técnicos

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A
Distrito de Bragança Todos os concelhos Distrito de Vila Real Todos os concelhos Distrito de Viana do Castelo Todos os concelhos Distrito de Braga Todos os concelhos Distrito de Viseu Todos os concelhos Distrito da Guarda Todos os concelhos Distrito do Porto Concelhos de Penafiel, Paredes, Valongo, Paços de Ferreira, Lousada, Maia e Gondomar	Carina Pinto T. 925 604 523 carina.pinto@padm.crpg.pt Polo Porto
Distrito do Porto Concelhos do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Trofa, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião Distrito Aveiro Todos os concelhos	Vera Silva T. 960 076 911 vera.silva@padm.crpg.pt Polo Porto
Distrito de Coimbra Todos os concelhos Distrito de Leiria Todos os concelhos Distrito da Castelo Branco Todos os concelhos Distrito de Santarém Todos os concelhos	Norberto Simões T. 960 076 902 norberto.simoes@padm.crpg.pt Polo Coimbra
Distrito de Lisboa Todos os concelhos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países	Ana Machado T. 917 365 357 ana.machado@padm.crpg.pt Polo Lisboa
Distrito de Setúbal Todos os concelhos Distrito de Portalegre Todos os concelhos Distrito de Évora Todos os concelhos Distrito de Beja Todos os concelhos Distrito de Faro Todos os concelhos	Andreia Caeiro T. 925 574 012 andreia.caeiro@padm.crpg.pt Polo Alentejo/Algarve
Região Autónoma da Madeira	Tânia Gonçalves T. 968 581 300 tania.camacho.goncalves@padm.crpg.pt Polo da Madeira
Região Autónoma dos Açores	Érica Oliveira T. 960 076 876 erica.oliveira@padm.crpg.pt Polo dos Açores

Estatuto Editorial do ELO

- O jornal ELO, criado em 23 de novembro de 1974, é o órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a sua proprietária, e é gerido pela Direção Nacional (DN).
- Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da ADFA, designadamente no que respeita ao estipulado no seu Artigo 1.º, e demais diretivas dos seus Órgãos Nacionais eleitos. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo.
- O ELO privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, no sentido da promoção da sua dignificação como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos e da sua qualidade de vida.
- O ELO deve ser, também, veículo de toda a problemática dos deficientes portugueses, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas.
- O ELO poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo.
- O ELO deve estar permanentemente atento ao que se passa na ADFA e deve ser um colaborador privilegiado dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos na divulgação da imagem e dignificação da Associação, junto dos órgãos do Estado e das autarquias, da Instituição Militar, das organizações internacionais de vítimas e de veteranos de guerra, das organizações de deficientes militares dos PALOP, das associações portuguesas de militares e de antigos combatentes, das organizações de e para deficientes e da opinião pública em geral.
- O ELO deve prestar uma atenção muito especial às bases da ADFA, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e para dar voz aos associados quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista.
- Fazendo os deficientes militares parte da “Família Militar”, o ELO, em colaboração com a Direção Nacional, deve manter os associados informados sobre a Instituição Militar, em especial nos assuntos de interesse comum.
- Na seleção do material a publicar, o ELO deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina.
- Em cada edição o ELO deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente estatuto.
- O ELO deve estar atento à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizado na sua utilização.



Como somos tratados

Depois de um pequeno intervalo estival que representou para alguns um viver diferente do quotidiano anual, é tempo de fazermos uma pequena reflexão sobre como estamos a ser tratados.

O Orçamento do Estado para 2026 (Lei n.º 73-A/2025) alocou uma verba de 2.815.958,96 euros especificamente destinada ao fornecimento de ajudas técnicas, produtos de apoio e produtos complementares aos Deficientes das Forças Armadas (DFA).

Esta dotação específica está integrada no Orçamento do Ministério da Defesa Nacional e é transferida para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA), sendo depois canalizada para o Laboratório Nacional do Medicamento (LM), responsável pelo seu fornecimento.

A experiência da implementação da Portaria n.º 1034/2009 revelou a necessidade de criar mecanismos que permitissem racionalizar de forma mais eficaz e eficiente os meios envolvidos no fornecimento de produtos de apoio e de dispositivos médicos, sem no entanto, limitar o acesso dos deficientes militares aos direitos e benefícios consagrados em lei.

A eficácia traduziu-se na promulgação de mais uma Portaria, a PRT n.º 444/2023, que tem por objecto a criação de um Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a Deficientes Militares, visando a reabilitação e a promoção da qualidade de vida, da cidadania e da reintegração social dos deficientes militares.

Palavras bonitas, escritas do mais puro português, que escondem, no fundamental, o aumento da burocratização na atribuição atempada dos chamados Produtos de Apoio/Ajudas Técnicas que tanta falta nos fazem.

É caricato, mas, depois de tantos cuidados na legislação, passámos a viver em períodos de incerteza.

Até a mais simples bateria para uma prótese mioelétrica demora mais de um ano para ser atribuída, depois da sua prescrição. É apenas um exemplo demonstrativo da falta de eficácia.

Até 2012, quando foi decretada a fusão dos hospitais militares, havia burocracia, é verdade, mas nada que se compare com o que existe hoje.

Éramos tratados com respeito e consideração e os nossos problemas eram resolvidos sem os percalços e tempos de espera que sentimos hoje.

Não basta dizer, como afirmam muitas vezes os dirigentes políticos e os membros dos sucessivos governos, que *“o Estado reconhece o direito à reparação moral e material devida aos militares e ex-militares que se deficientaram durante o cumprimento do serviço militar obrigatório, nomeadamente, na Guerra Colonial (1961-1975)”*.

É necessário ter a coragem suficiente para partir as barreiras e os estigmas que hipocritamente os invadem.

O Estado Português ratificou, em 23 de Setembro de 2009, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo a mesma entrado em vigor em 23 de Outubro de 2009. Portugal foi o 68.º País a ratificá-la e só o fez ao fim de dois anos após a Convenção ter sido aprovada pela Assembleia-Geral da ONU.

Mais tarde, em 2019, e depois de muito pressionado, o Estado Português criou o regime jurídico do Mecanismo Nacional para a Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Esta Convenção, no número 3 do artigo 4.º, refere textualmente: *“Na elaboração e aplicação da legislação e políticas para aplicar a presente Convenção, e noutros processos de tomada de decisão relativos a*

questões relacionadas com as pessoas com deficiência, os Estados Partes devem consultar estreitamente e envolver ativamente as pessoas com deficiência, incluindo as crianças com deficiência, através das organizações que as representam”.

Será que, para a nossa situação, a ADFA tem sido ouvida na elaboração da legislação que nos afecta?

Estas situações levam-me a concluir que, para o Estado, a problemática das pessoas com deficiência é algo que está remetido para segundo ou terceiro plano e que nós, deficientes militares, apanhamos por tabela.

Há uma enorme distância entre os discursos oficiais e os actos. Muitas vezes até a legislação existente é ignorada, mal interpretada. Os decisores não se interessam na solução dos nossos problemas.

Temos, pois, de inverter esta situação.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) prevê, nos seus artigos 21.º (Direito de Resistência) e 37.º (Direito de Liberdade de Expressão e Informação) instrumentos que devemos saber utilizar em defesa da inclusão social, como cidadãos de pleno direito. Que se cumpra na íntegra o artigo 71.º da CRP, cujos pontos-chaves contemplam:

A plena cidadania: garante que a deficiência não anula direitos constitucionais, limitando-os apenas onde haja impossibilidade absoluta.

O dever do Estado: estabelece a obrigação de políticas activas de inclusão e apoio familiar.

A pedagogia social: impõe ao Estado a promoção da sensibilização pública para o respeito e solidariedade. O apoio ao associativismo: sublinha a relevância das Associações na defesa dos direitos destes cidadãos.

*Henrique Mendonça, associado n.º 10.081
(presidente da MAGD de Lisboa)*

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU!

Mais informações: jornal.elo@adfa-portugal.com



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADFA – A Inegociável Dignidade

O sócio número um, sozinho, diante dos blindados preparados para avançarem sobre os Deficientes das Forças Armadas concentrados em São Bento.

Uma fiada de cadeiras de rodas de um lado e os carros blindados de uma companhia de Comandos do outro.

Aquele instante, que muitos testemunharam e todos herdámos, permanece gravado com a nitidez das memórias que se tornam símbolo: um homem desarmado, de braços abertos, enfrentando a soldadesca, confiando que, no fundo do ser humano que empunha uma arma, ainda subsiste um derradeiro resquício de humanidade capaz de recusar o disparo. Este acto pertence ao património moral da ADFA. É imperioso recordá-lo.

Essa imagem do Couceiro diante das *Chaimites* evoca outras que pertencem ao património moral da humanidade: o manifestante solitário na Praça de Tiananmen, erguendo-se contra os tanques; o capitão de Abril Salgueiro Maia, enfrentando o tanque do brigadeiro Junqueira dos Reis para que a liberdade florescesse ao mesmo tempo que a primavera. Em todas estas imagens, o mesmo gesto: a coragem vulnerável a tentar desarmar a força bruta; a dignidade que não precisa de armas para combater.

É dessa matriz ética que nasceu a luta dos Deficientes das Forças Armadas e é dessa matriz que nasce, agora no seu aniversário, a necessidade de repôr a verdade histórica em nome dos que lutaram.

Apesar dos repetidos contactos anteriormente estabelecidos com a prestigiada *Revista Portuguesa de História Militar*, quer pela Comissão de Luta dos Deficientes das Forças Armadas de 1975 quer pelo próprio presidente da Direcção da ADFA, não foi possível que o imperativo de salvaguardar o rigor histórico — que deve caracterizar aquela Revista — prevenisse que graves incorrecções se possam vir a consolidar na memória colectiva ao afastarem-se da verdade factual e ao desconsiderarem acontecimentos cruciais da história da ADFA, como detalhadamente o nosso presidente explicou ao criticar o artigo “A Segunda Fase do PREC (12 de Março – 25 de Novembro de 1975)”, da autoria do senhor Henrique da Costa Ferreira, publicado no n.º 9 (Dezembro de 2025).

O espírito de luta surgiu espontaneamente no am-

biente de contestação à ordem de desmobilização dada pelos Órgãos Sociais da ADFA aos associados concentrados em Belém, em 20 de Setembro de 1975, e acabou por ter o apoio da generalidade dos Deficientes das Forças Armadas e até o reconhecimento e adesão institucional da ADFA.

A referência à acção de luta levada a cabo pelos Deficientes das Forças Armadas junto ao Palácio de São Bento, no artigo acima referido, enferma de imprecisões, erros, falsidades e motivações políticas que comprometem a seriedade historiográfica exigível.

O sarcasmo e o pendor anedótico do texto enquadram-se na liberdade de expressão, mas denunciam o mau gosto do autor ao desviar o humor de um patamar mínimo de exigência estética.

O articulista situa a manifestação de São Bento no dia 22 de Setembro, quando esta ocorreu no dia 27. Coloca ainda a acção dos Comandos na madrugada do dia 13 – antes da própria manifestação – quando a mesma teve lugar na madrugada do dia 28. Bastaria ter consultado o relatório de operações do então capitão Manuel Apolinário, comandante da força dos Comandos, para evitar este erro grosseiro.

Os deficientes militares que integravam esta luta faziam-no em nome da justiça que tardava, batendo-se pelo direito a uma vida digna apesar das suas graves deficiências. Os paraplégicos e outros deficientes profundos, depois de longas horas no local, tinham sido retirados das cadeiras de rodas para garantir o mínimo conforto que a sua condição exige, ficando acomodados em tendas no jardim exterior do Palácio. As cadeiras foram então ocupadas por camaradas com mobilidade reduzida que ali buscavam descanso. Por conservarem alguma capacidade de locomoção, conseguiram abandonar as cadeiras a tempo de se salvarem do atropelamento pelas *Chaimites* quando estas carregaram sobre eles.

O livro da ADFA “*Deficientes das Forças Armadas: a Geração da Rutura*” contém vários testemunhos de associados presentes – testemunhos que o autor obviamente não consultou.

Se houve milagre em São Bento, a verdadeira miraculada foi a Companhia de Comandos 113/1975, poupada ao peso imperdoável de um massacre sobre homens terrivelmente vulneráveis, cujo único “crime” fora o de servirem a mesma Pátria e lutarem por justiça.

O artigo insinua ainda que a ADFA carecia de quadros capazes de planear as acções e que teria sido o PCP a orquestrar o protesto. Nada mais falso. A acção de 27 de Setembro resultou de debate interno vivo, envolvendo todos os Órgãos Sociais – Centrais e das Delegações – e visava pressionar o poder político a aprovar a legislação que reivindicavam, o que veio a concretizar-se, em grande parte, com o Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro. Todo este processo emanou da vontade autónoma dos sócios da ADFA, jamais tendo estado sob tutela partidária.

O autor teria beneficiado em consultar as reacções políticas da época. Encontraria, por exemplo, o discurso de Álvaro Cunhal no Congresso do PCP de 13 de Dezembro de 1976, onde se critica explicitamente o “cerco do VI Governo pelos deficientes das Forças Armadas” como exemplo de acções empurradas para choques com as Forças Armadas – prova de que não houve qualquer coordenação por parte do PCP.

Finalmente, o tom triunfalista com que descreve a acção dos Comandos sugere tratar-se de um acto heróico. Colocamos essa ideia igualmente em causa: um verdadeiro combatente – mesmo coagido pelos rigores da disciplina militar – jamais se orgulharia de avançar, protegido por blindados, sobre cadeiras de rodas que julgava ocupadas por camaradas incapacitados em combate real.

Como ensina o velho aforismo militar: “*Um triunfo sobre um inimigo fraco é uma derrota moral; vangloriar-se dele é ostentar a própria vergonha.*”

Por tudo isto, repudiamos as inverdades históricas e o acinte que emanam do referido artigo. Ao desconsiderar a cronologia e substituir a investigação documental por construções mentais que reforcem convicções políticas, o articulista incorre num viés de confirmação incompatível com o rigor e a isenção exigidos à História.

A ADFA nasceu da coragem dos seus associados – dos que enfrentaram a guerra e dos que, depois dela, enfrentaram a injustiça. A imagem do Couceiro diante das *Chaimites* lembra-nos que a dignidade não se negocia, que a verdade histórica não se torce e que a memória dos Deficientes das Forças Armadas é património moral da democracia portuguesa.

Manuel Bastos, associado n.º 1.312



mgc

Museu da Guerra Colonial
Famalicão Central Parque, Lote 35 A 4760-673 Ribeirão

HORÁRIOS: TERÇA A SEXTA DAS 10H00 ÀS 17H30 - SÁBADO DAS 14H30 ÀS 17H30 - OUTRO HORÁRIOS ATRAVÉS DE MARCAÇÃO PRÉVIA.

TELEFONE – 252 217 998 | TELEMÓVEIS – 919 594 318 | 919 594 510 | 912 521 946

GPS – 41° 22'04.90" N 8° 32'56.42" O

info@museuguerracolonial.pt | www.museuguerracolonial.pt

Associação dos Deficientes das Forças Armadas



A indústria das bicicletas em Portugal



Na minha juventude, a bicicleta era, por excelência, o meio de deslocação para o trabalho, para as escolas, para as praias ou para outro qualquer tipo de lazer, complementando a deslocação a pé e os poucos transportes públicos existentes. Depois, apareceram os ciclomotores, mais conhecidos por motorizadas, das marcas *Cucciolo*, *Mobilete*, *Zundapp*, *Chrysler*, um luxo, para a época. O final dos anos 50 do século passado ficou célebre com o registo dos ciclomotores da *FAMEL*, em Águeda, com os motores *Pachancho*, *Vitctoria* e *JLO*, dando início à montagem dos motores *Zundapp* em 1965. Só no fim da década de 60 o automóvel se popularizou, com o advento dos empréstimos bancários. Actualmente, a circulação automóvel é a maior causa da poluição ambiental, bem como um quebra-cabeças para a deslocação e estacionamento nas cidades. Ao contrário dos outros países da União Europeia (UE), a utilização da bicicleta em Portugal tem aumentado muito lentamente, para o acesso ao local de emprego, escolas, comércio e serviços, mas somos um dos países da UE com maior taxa de veículos automóvel por cada mil habitantes. Portugal continua a ser o País europeu onde menos se utiliza a bicicleta; apenas pouco mais de 1% da população está a usá-la como meio de transporte diário habitual, contra os 8% da média europeia, ficando Portugal entre os países com menor uso. Só cerca de 18% da população utiliza a bicicleta pontualmente, para lazer ou desporto. Sendo Portugal o maior produtor europeu de bicicletas, continua a ser o País europeu

onde menos se anda de bicicleta, sendo para exportação a grande maioria da sua produção. Mas a crise económica e financeira está a dar a volta à situação, por motivos económicos, pois já se nota um incremento na utilização da bicicleta como forma de mobilidade urbana. Nos Países Baixos, cerca de 40% da população usa a bicicleta como o meio de transporte mais frequente no dia-a-dia; um País com mais de 23 milhões de bicicletas para cerca de 18 milhões de habitantes, mas que possui mais de 35 mil quilómetros de ciclovias seguras e separadas dos carros, sendo muitos locais só para bicicletas e peões. Portugal lidera a indústria de montagem de bicicletas na Europa, com 2,3 milhões por ano. A indústria nacional conta com um grande *cluster*, principalmente no distrito de Aveiro (Águeda e Anadia), sendo cerca de 95% da produção nacional para exportação para a Europa, sendo a Espanha, França e Alemanha os mercados com maior destaque e as grandes cadeias desportivas como principais clientes, mas o País ainda não é líder a produzir componentes para o sector. As bicicletas eléctricas têm vindo a ganhar peso e são importantes, sobretudo na facturação, porque são bastante mais caras do que as bicicletas convencionais. As questões relacionadas com a insegurança no convívio com os carros, a falta de ciclovias separadas e os declives das cidades têm sido apontados como algumas das principais razões para a fraca adesão dos portugueses à mobilidade suave. Ou será uma questão de estatuto dado pelo carro, uma

questão cultural ou uma resistência à mudança de hábitos?

Em Águeda, a *Lightmobie* está a desenvolver sistemas de alta tecnologia para bicicletas com elevada conectividade com o meio exterior, mas também com o condutor, pois a ideia é que as bicicletas estejam equipadas com sensores nos punhos do guiador capazes de medir a pulsação cardíaca do utilizador e, em função disso, parar para descansar, ou aumentar automaticamente a potência eléctrica, para reduzir o esforço do condutor.

Outra inovação em curso é o desenvolvimento de um capacete que, com o apoio da Inteligência Artificial, vai ser capaz de projectar um holograma na viseira, com informações de segurança. Ambos os projectos estão a ser desenvolvidos em parceria com a Universidade de Aveiro, no âmbito de um programa financiado pelo PRR, para incentivar a mobilidade suave, uma meta nacional e europeia, com vista à descarbonização dos transportes. O projecto relacionado com os sensores no guiador deverá integrar as bicicletas no segundo semestre de 2026 e o do capacete tem o seu lançamento previsto para 2027. São tecnologias inovadoras a nível mundial que pretende exportar-se para os mercados europeus, para os EUA e para a Arábia Saudita e Índia.

A empresa americana *SRAM* vai construir uma terceira fábrica na região de Coimbra, para produzir todas as componentes de uma bicicleta e poder fornecer todos os produtos que as empresas europeias pretendem para montar uma bicicleta completa. Será um investimento de cerca de 57 milhões de euros para triplicar a produção actual, ficando pronta a laborar em meados de 2028.

A *Bosch*, depois de passar por um ano difícil em 2025, com muitos despedimentos, está a instalar em Braga uma nova área de investigação e desenvolvimento dirigida a soluções inovadoras para as bicicletas eléctricas – *eBikes Systems*. Está a contratar uma equipa de mais de 50 colaboradores, durante 2026 e 2027, especialistas em Engenharia, *Software*, IA e Dados, para desenvolver tecnologias de segurança avançadas, conectividade e serviços digitais, inovadoras para *eBikes*, tais como, algoritmos anti-roubo baseados em inteligência artificial, *machine learning*, serviços em *cloud*, entre outros, ao trabalhar em estreita colaboração com outras equipas da *Bosch* na Alemanha, Suécia e Ovar. Nestes locais já existe uma equipa responsável pelo desenvolvimento de “*connect devices*” - *displays* e *remote controls* - responsáveis por fazer a gestão e controlo do equipamento. Em Braga pretende desenvolver-se novas tecnologias e soluções inteligentes de conectividade, para melhorar o futuro da mobilidade suave, tornando-a mais sustentável, segura, conectada e confortável.

As *eBikes* são um dos segmentos de mobilidade que mais cresce na Europa e a *Bosch* tem sido uma das principais responsáveis pela evolução tecnológica destas bicicletas eléctricas. Agora, a empresa vai lançar o seu primeiro motor integrado na roda traseira, motor de cubo, simples e leve, juntamente com uma nova bateria ultrafina. Acima dos 25 km/h, a bicicleta rola como uma bicicleta convencional, sem aumentar a força do motor.

Por António Capela Gordo

Vibrações de Outono

Com a chegada do Outono, os dias tornam-se progressivamente mais frescos, as cores da natureza transformam-se, os dias de chuva teimam em ser mais frequentes. A mudança de estação é também uma boa oportunidade para adaptar a alimentação, privilegiando alimentos da época, por serem mais nutritivos, sustentáveis e adequados às novas necessidades do organismo. Uma alimentação equilibrada durante o Outono pode contribuir para o bem-estar, reforçar as defesas do organismo e ajudar a manter a energia ao longo do dia.

Nesta estação, a natureza oferece uma grande variedade de frutos e hortícolas, como maçã, pêra, dióspiro, romã, kiwi, castanhas, laranja, tangerina, abóbora, grelos, nabiças, espinafres, entre muitos outros. Estes alimentos são ricos em vitaminas, minerais, fibra e compostos antioxidantes, importantes para o normal funcionamento do organismo. Consumir produtos da época permite ainda variar a alimentação e aproveitar alimentos geralmente mais frescos e com sabores mais intensos.

Com a descida das temperaturas, os pratos quentes tornam-se particularmente apelativos. Sopas de hortaliças, por exemplo, são uma excelente opção para iniciar as refeições, porque permitem combinar diferentes hortícolas e aumentar o consumo de fibra e micronutrientes. Também podem ser incluídas leguminosas, como feijão, grão-de-bico ou lentilhas, tornando a sopa mais completa e saciante.

Durante o Outono, é igualmente importante manter uma boa hidratação. Apesar de a sensação de sede poder diminuir com o frio, o organismo continua a necessitar de água. Lembre-se de que a água também pode



ser consumida quente, sob a forma de infusões (sem açúcar), o que também ajuda a aumentar o conforto nos dias mais frios.

É também importante não associar automaticamente o frio a uma maior necessidade de alimentos muito calóricos, ricos em açúcar, sal ou gordura. Embora seja natural procurar refeições mais reconfortantes no Outono, estas podem ser preparadas de forma saudável. Ensopados de hortícolas, pratos com leguminosas, como rancho ou jardineira (sempre sem enchidos), papas de aveia com fruta, são exemplos de opções nutritivas e reconfortantes.

Assim, o Outono pode ser encarado como uma excelente oportunidade para valorizar os alimentos da época e diversificar as refeições. Cuidar da alimentação nesta época é, acima de tudo, uma forma simples de cuidar da saúde e do bem-estar.

Se desejar partilhar a sua opinião sobre o tema, envie uma mensagem de correio electrónico para secretaria.porto@adfa.org.pt.

*Ângela Henriques,
Especialista em Nutrição Clínica da Delegação do Porto*

The logo for ADFACAR, featuring the word "adfacar" in white lowercase letters on a green rectangular background.

UM SERVIÇO AO SEU SERVIÇO

Se pretende comprar automóvel dirija-se à ADFACAR que trata de todos os procedimentos para obtenção de automóvel com isenção.

A ADFACAR também trata de vendas sem isenção.

Pense e compare preços antes de comprar.

Venha conhecer o que a ADFACar tem para si.

MERCEDES | AUDI | SKODA | VOLKSWAGEN | FORD |
CITROËN | BMW | HONDA | TOYOTA | OPEL | PEUGEOT | FIAT

+Info: Alberto Pinto
Tel.: 217 512 640/621 | 217 512 600 | Tlm.: 916 186 540 |
alberto.pinto@adfa-portugal.com

9H ÀS 12H30 E DAS 14H ÀS 18H



PORTE PAGO

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL. PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL.

TAXA PAGA
PORTUGAL
CABO RUIVO

• ORGÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS •

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA | Pessoa Colectiva n.º 500032246 | Email: jornal.elo@adfa-portugal.com | Internet – <http://www.adfa-portugal.com> • **DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO:** Av. Padre Cruz - Edifício ADFA, 1600-560 LISBOA | Telefone: 21 751 26 00
DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA / ADMINISTRAÇÃO: António Pereira Neves; José Carlos Pavoeiro; Cândido Patuleia Mendes; Arlindo dos Santos. • **REDACÇÃO:** Director: José Diniz; Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 2521); Fotojornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144); **Coordenação Gráfica:** Ivo Mendes •
CORRESPONDENTES: Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), Manuel Paiva (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Aníbal Carvalho (Famalicão), Ludgero Sequeira (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Martins (Madeira), Abel Fortuna (Porto), Direcção Nacional (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)
COLABORADORES PERMANENTES: António Cardoso (Informática); Helena Afonso (Legislação); Augusto Silva (Museu da Guerra Colonial); Jerónimo Sousa (CRPG/ PADM); Paula Afonso (DDIP); Vanessa Braga (Gabinete dos Órgãos Sociais); Victor Sengo (Coluna do Zangão); Ângela Henriques (Saúde e Bem-Estar); Ariadne Pignaton (Memória e Património); António Capela Gordo (Ciência e Tecnologia) | Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das Direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.
Assinaturas e Publicidade: Fax: 21 751 26 10 | **Impressão:** FIG - Indústrias Gráficas, S.A. – Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra - E-mail: fig@fig.pt – Tel.: 239 999 922 | **Registo da Publicação na ERC:** 105068/77 Depósito Legal – 99595/96 | **Assinatura Anual:** 7,00 euros. | **Tiragem deste número:** 7500 ex.

Instituto para os Direitos das Pessoas com Deficiência, I.P. (IDiPD) Concurso “Escola Alerta!” 2026/2027



Está aberto o Concurso “Escola Alerta!” 2026/2027, iniciativa do Instituto para os Direitos das Pessoas com Deficiência, I.P. (IDiPD) que convida todas as escolas, alunos e professores, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, a participar e a reflectir sobre os direitos das pessoas com deficiência, a identificar barreiras que condicionam a participação e a inclusão e a apresentarem soluções inovadoras que contribuam para a construção de uma sociedade

de mais acessível, inclusiva e equitativa para todos. A 23.ª edição do Concurso tem início no ano em que foi publicada a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030 e assume ainda o significado especial de abranger parte do ano de 2027, em que o IDiPD celebra o seu 50.º aniversário. “Este marco assinala cinco décadas de compromisso na promoção dos direitos das pessoas com deficiência e na construção de um Portugal cada vez mais acessível, inclusivo e respeitador da diversidade humana”, refere o IDiPD.

O Concurso “Escola Alerta!” é um convite ao exercício da cidadania activa, à criatividade e à participação, numa oportunidade para dar voz aos mais jovens, promovendo a mudança e contribuindo para que a escola e a comunidade se tornem espaços onde todas as pessoas possam participar plenamente. Para saber mais sobre os objetivos deste projeto, os interessados podem consultar o site do IDiPD, em <https://idipd.mtsss.gov.pt/inicio>.

RV (com IDiPD)

Condolências e solidariedade

A ADFA e o ELO apresentam sentidas condolências e a sua solidariedade à responsável do Gabinete Jurídico Nacional, Helena Afonso, e à coordenadora do Departamento de Documentação, Informação e Projectos (DDIP), Paula Afonso, funcionárias na Sede Nacional da ADFA, pelo falecimento do seu Pai, no passado dia 19 de Setembro.

A Associação, seus dirigentes e todos os colegas de trabalho enviam um profundo abraço à Família enlutada.



ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS
ARMADAS

SERVIÇOS MÉDICOS NACIONAIS

Na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, disponibilizamos consultas de várias especialidades médicas num espaço totalmente acessível, em parceria com o IASFA/ADM.



SAÚDE, CONFIANÇA
E PROXIMIDADE
AO SEU SERVIÇO



ESPECIALIDADES
MÉDICAS



3.ª e 5.ª feira
Medicina Geral
Medicina Dentária



3.ª feira
Psiquiatria



4.ª feira
Medicina Física
e de Reabilitação
Urologia



2.ª a 6.ª feira
Fisioterapia



TELEFONE
217 512 612



TELEMÓVEL
925 987 469



EMAIL
servicos.clinicos@adfa-portugal.com
(Ana Paula)



A ADFA
A APOIAR
OS SEUS



Associação dos Deficientes das Forças Armadas